

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de fevereiro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADERBAL CALDAS (2º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robinho, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 2ª e 3ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 7 e 8 de fevereiro de 2017.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas as atas à unanimidade.

Não há expediente a ser lido.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente desta Mesa, deputado Aderbal Caldas, nobres deputados e deputadas desta Casa, senhores da imprensa, senhores das Galerias, aqueles que nos veem através da *TV Assembleia*, deputado Leur Lomanto, Líder, agora, da Minoria, tratarei, aqui, de uma questão que nos interessa. Deputado Leur, sei que V.Ex^a foi votado, ali, na Ilha de Itaparica e tem uma forte influência sobre a sua bancada.

Os vereadores do município de Itaparica, na Ilha de Itaparica, aprovaram uma lei transformando a Ilha do Medo em uma área de possível de exploração, inclusive, liberando, ali, a possibilidade de haver construção.

Então, deputado Leur, V.Ex^a é pescador, veleja e tem uma admiração por aquela ilha. Todos sabemos ser impossível haver exploração econômica, porque ali é um santuário e é um berçário para além da beleza cênica. Ali é o local onde se reproduzem espécimes importantes para manter comunidades tradicionais de pescadores desde Salinas da Margarida.

E, ao total das 57 ilhas na Baía de Todos os Santos, a Ilha do Medo é uma área de preservação permanente. Ali é a primeira estação ecológica da Bahia aprovada com muito trabalho e estudo do saudoso Everaldo que foi professor e diretor de biologia e um dos precursores da luta ambiental neste Estado.

Então, agora, a Câmara de Vereadores do município de Itaparica aprovou uma lei transformando a qualidade da Ilha do Medo.

Nós temos de ter responsabilidade. Dito isso, refiro-me ao Estado.

Já apresentei uma indicação ao governo no sentido de que o governador decrete a Ilha do Medo como uma unidade de preservação permanente com as exigências que cabem para não ocorrer uma irresponsabilidade como esta. Ali nem água doce tem. A quem interessa transformar uma unidade de preservação, portanto, preservada, justamente, pelas dificuldades de acesso e pelo fato de não haver água potável? Então isso ajudou, inclusive, a preservar o seu meio ambiente.

A Câmara de Vereadores do município de Itaparica não poderia fazer isso. Sabemos que a lei já foi sancionada pela Sr^a Prefeita.

E, hoje pela manhã, queria fazer isso junto à Comissão de Meio Ambiente desta Casa, mas não foi possível. Já protocolei tal fato no Ministério Público através de uma representação no sentido de se suspender esta irresponsabilidade para com todos os baianos.

Imaginem a que nível nós chegamos! Eles querem vender a Ilha do Medo!

Ali, há, ainda, uma série de questões a esclarecer tais como: aquela parte, ou seja, a Ilha do Medo pertence à União ou pertence ao município de Itaparica? Então, que autonomia tem a Câmara de Vereadores do município de Itaparica para aprovar tal medida?

É uma ousadia propor a privatização de um patrimônio natural, cultural e importantíssimo do nosso Estado.

Há a história da Ilha de Itaparica, o seu patrimônio natural, a beleza cênica do que representa a Ilha do Medo para a reprodução dos estoques pesqueiros. Nós não

podemos permitir que isso aconteça.

Então quero, aqui, contar com o apoio do deputado Leur Lomanto para nós podermos fazer com que aquela Câmara de Vereadores do município de Itaparica recue de sua atitude insana para o meio ambiente, para os pescadores e para as marisqueiras da Baía de Todos os Santos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Com a palavra, por até 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

Na ausência, com a palavra o deputado Marcelo Nilo pelo tempo de 5 minutos. É um privilégio anunciar a fala do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Obrigado, deputada. É, sempre, uma honra tê-la presidindo a sessão.

Sr^a Presidenta e Srs. Deputados, foi publicada, hoje, uma pesquisa de opinião pública da empresa CNT/MDA para o cargo de presidente da República nas próximas eleições. Tal pesquisa coloca o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com mais de 30% das intenções de votos; em segundo lugar, a ex-senadora Marina da Silva; em terceiro lugar, o deputado federal Jair Bolsonaro; e, em quarto lugar, o ex-candidato a presidente da República, Aécio Neves, com 10% das intenções de voto.

Esta pesquisa me levou a refletir como a vida pública vive momentos atípicos e diferentes em nosso País. O ex-candidato do PSDB, Aécio Neves, já obteve 49% dos votos na última eleição para presidente da República, deputado Luciano Ribeiro, e, hoje, está pontuando na faixa de 10%. Aécio Neves, candidato a presidente da República pelo PSDB, obteve 49% dos votos e, hoje, na pesquisa de opinião pública, obtém 10% das intenções de voto.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, durante meses e meses, diria, anos e anos, sendo massacrado pela *Rede Globo* e pelos grandes jornais de circulação e, atualmente, pontua com mais de 30% das intenções de votos.

Imaginemos se nós tivéssemos uma mídia imparcial. Imaginemos se nós tivéssemos noticiários que mostrassem, para a sociedade, a imparcialidade que todo cidadão brasileiro sonha para os novos tempos em que o Brasil vive.

Portanto, Sr^a Presidenta e Srs. Deputados, esta pesquisa mostra como a direita, hoje, pontua os seus números, pois o candidato, com maior pontuação, é Jair Bolsonaro. Imaginemos nós! Jair Bolsonaro obtém 10% de intenções de votos para o cargo de presidente da República faltando, apenas, 1 ano e 18 meses para as próximas eleições.

Isso mostra o quê?

Aliás, o presidente Michel Temer, do PMDB do meu querido Pedro Tavares, está com 3% das intenções de voto. Vou repetir, deputado Pedro. O atual presidente da República tem 3% das intenções de votos, aliás, ele está conseguindo chegar ao máximo, porque, a cada nova pesquisa, o ruim e o péssimo sobem e o bom e o ótimo

descem. Aliás, o bom e o ótimo, deputado Targino, estão na faixa de 5%. O presidente da República não foi eleito pelo povo, deputado Luciano Ribeiro. Aliás, o PMDB teve três presidentes da República, deputado Targino Machado, sem ter um único voto: Itamar Franco, Sarney e Michel Temer. Os três foram presidentes da República sem ter direito a um único voto. O que demonstra que o golpe parlamentar hoje não está sendo aplaudido pela sociedade brasileira. Um presidente da República que tem 3% das intenções de votos, que tem mais ou menos 7% de bom e ótimo, é porque realmente não tem apoio da sociedade brasileira.

Eu concluo dizendo que fiquei feliz, porque acho que o presidente Luís Inácio Lula da Silva é injustiçado pela grande mídia nacional e, mesmo assim, o povo brasileiro, em especial, o nordestino, o baiano, aprovam o nosso querido Luíz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Ivana Bastos):- Com a palavra o deputado Targino Machado por 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Senhores da imprensa, funcionários da Casa, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, a Previdência Social está quebrada. Isso é fato notório. A Previdência Social precisa de reforma urgente, isso também é fato notório. Mas o que precisamos é falar sério a respeito desse assunto. Por que acabar com os direitos adquiridos daqueles que só têm aquilo!? Repito: acabar com os direitos adquiridos daqueles que, por vezes, só têm aquilo, aquela merreca que recebem da Previdência Social para satisfazer as suas necessidades existenciais! E eu pergunto: por que não acabar, primeiro, com os privilégios daqueles que, embora não precisem, acumulam sempre privilégios? Por exemplo, acabar com as aposentadorias imorais de deputados, com aposentadorias imorais de senadores, de governadores, de presidentes da República. Acabar com essa onda de suplente de senador, que assume o mandato acordado com o senador que foi eleito, ele financia a campanha do senador e o senador se afasta durante 6 meses e ele passa 6 meses como senador e já se aposenta.

Quantos canalhas têm no Congresso Nacional já aposentados antes dos 50 anos? Moreira Franco; Eliseu Padilha – isso parece uma quadrilha –; presidente Temer; Renan Calheiros; Eunício de Oliveira – atual presidente do Senado –; Edson Lobão, se aposentaram quando? Com quantos anos? Quantas aposentadorias eles têm?

Alterar a idade para o trabalhador alcançar a aposentadoria é um remédio amargo demais, mas reconheço que precisamos, a previdência social precisa de um remédio amargo, porque está na UTI, mas não podemos igualar os desiguais, não podemos igualar os diferentes. Uma coisa, deputados, uma coisa, senhores da imprensa, é vestir a sua toga, vestir a sua beca e ir para o trabalho nos tribunais, trabalho intelectual, como dizem. Uma coisa é vestir o meu, o seu paletó, colocar a

sua gravata e virmos para a Assembleia Legislativa ou para a Câmara Federal: gabinetes climatizados, carros com chofer e uma plêiade de assessores para servi-nos.

Outra coisa bem diferente, Sr^a Presidente, é suportar o sol escaldante do sertanejo no sertão, destocando o pasto, arrancando toco, quebrando pedra como na região de Santa Luz, na Bahia. Olhe – Sr^a Presidente, com vossa tolerância – olhe Temer, olhem, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que irão votar essa reforma da previdência, olhem para suas mãos, verifiquem como elas são lisas, limpas e as compare com a mão do trabalhador cheia de calos, mas as mãos dos trabalhadores brasileiros são limpas, porque não roubaram, não se envolveram em corrupção, não levaram a previdência à falência. É essa plêiade de políticos...

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Para concluir, deputado...

O Sr. TARGINO MACHADO:- ...espalhados em vários cargos – concluo, Sr^a Presidente – e tenho certeza de que V.Ex^a concorda em gênero, número e grau com o que estou falando, porque V.Ex^a, como eu, irá se aposentar pelo INSS.

Aqui não temos esses penduricalhos. O Sr. Temer se aposentou com 55 anos. Governadores que vão para os seus palácios com tudo pago, do caviar ao whisky, ao champanhe e saem de lá 4 anos depois e se aposentam...

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Para concluir, Sr. Deputado...

O Sr. TARGINO MACHADO:- ...concluo, que coisa maravilhosa. Dá vontade de falar a tarde toda sobre isso, mas para a contrariedade de alguns, vou voltar ainda hoje para falar, notadamente, porque estou enraivado, porque sobrou – deputado Joseildo – justamente, a relatoria dessa desgraça, dessa reforma da previdência para o meu partido. A gente precisa acabar com esse engessamento dessa ditadura partidária. Eu deixo de ser candidato, saio da política, mas não abandono os meus princípios.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidenta, deputada do nosso Partido, Ivana, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estou dando entrada, hoje, nesta Casa, nesta tarde, a um projeto pelo fim da reeleição, que eu acredito ser a vontade de todos os deputados. Tanto é que ontem eu comecei a colher as assinaturas, e tenho aqui, já, 54 assinaturas. Os únicos deputados que estão faltando assinar são o deputado Augusto Castro, que está viajando, pelo que me informaram; a deputada Angela Sousa que também não chegou; o deputado Roberto Carlos, que está em Juazeiro. Resumindo, os deputados que não assinaram estão viajando e não chegaram a esta Casa. Tenho certeza que nós teríamos o voto dos 63 deputados, de todos desta Casa pelo fim da reeleição.

Já era para eu ter apresentado esse projeto anteriormente. O deputado Rosemberg, salvo engano, há uns 8 anos, andou apresentando, mas não consta nos

arquivos desta Casa. É por isso que, em conversa com o presidente, deputado Angelo Coronel, que prometeu, durante a sua campanha para presidir esta Casa, que um dos primeiros atos seria acabar com a reeleição, resolvi apresentar e hoje estamos dando o primeiro passo para acabar, até para que todos os deputados desta Casa tenham o direito, assim os colegas querendo, de presidir este Parlamento.

Então, estou dando entrada, se houver acordo, como está prevista hoje a votação de três projetos, se houver dispensa das formalidades pelos líderes que já assinaram, deputado Leur Lomanto pela Oposição, deputado Zé Neto pela Situação, pode ser que votemos esse projeto ainda hoje. Gostaria de salientar, mais uma vez, caso haja dispensa das formalidades, mas o importante é que esse projeto tem praticamente a unanimidade, só não está assinado por todos porque os outros colegas não estão aqui presentes, e tenho a honra de tê-lo apresentado.

Eu sempre fui contra a reeleição. Nós estamos criando aqui a lei igual à Câmara Federal, onde nenhum deputado pode ser reeleito dentro da mesma legislatura. Eu sempre acreditei que o Congresso Nacional, nossos colegas, os senadores, sabem o que precisa ser feito neste País para as coisas começarem a melhorar, mas não fazem. Aqueles que têm a intenção, infelizmente, são a minoria e só a maioria pode aprovar.

Temos vários projetos de reforma política na Câmara. Hoje, novamente, se fala, em reformas, tendo até um baiano à frente, que é o deputado Lúcio Vieira Lima. E esperamos, deputado Pedro Tavares, que saia alguma coisa, e dentre essas reformas a do fim da reeleição. Não é possível que continue a reeleição, que deveria ser proibida, se dependesse da minha vontade, em todos os níveis: governador, prefeito e presidente. E deveria ser, como já tem projeto na Câmara, cinco anos para todo mundo. O que ocorre hoje é que quando um prefeito se elege, ele já deixa de tomar algumas medidas, às vezes impopulares, pensando na próxima eleição, depois de 4 anos. Isso acontece com governadores, com prefeitos e com o presidente da República.

Então, se depender de mim, eu acredito que o mandato de 5 anos era mais do que suficiente para todos os casos.

Eu acabei de falar – meu nobre líder Zé Neto – porque V.Ex^a estava aqui fora, deputado Rosemberg, disse que V.Ex^a iniciou esse projeto, salvo engano, há 6 anos, projeto para acabar com a reeleição. Não tem problema nenhum, fazemos juntos, só estou reapresentando para que acabemos, aqui, na Assembleia da Bahia, a reeleição que espero... Até porque seria incoerência você ter, praticamente, a unanimidade das assinaturas dos deputados, mas não ter os votos. Tenho certeza, é uma questão só de aguardar os trâmites, para podermos aprovar.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidente, primeiro queria dizer aqui da alegria de

poder debater este tema nesta Casa, de hoje o deputado Adolfo Menezes ter apresentado aqui também uma emenda à Constituição, há uma emenda nossa tramitando na Casa.

No ano passado aqui, o deputado Marcelo Nilo ia colocar em votação, mas o deputado Paulo Rangel pediu para sobrestar e pediu para retirar de pauta a votação. Então, o projeto está em tramitação. Da forma como o deputado Adolfo Menezes colocou aqui, não vejo nenhum problema. Acho que deva ser, inclusive, uma matéria da vontade de todos na Casa. Então, não vejo nenhum problema que possamos, obviamente, assinar. Não só eu e o deputado Adolfo Menezes, mas todos os deputados na Casa, numa demonstração de que nós iremos votar o fim da reeleição, porque esse foi um debate iniciado aqui por mim, pelo deputado Álvaro Gomes, que já não mais está na Casa.

Espero que hoje consolidemos esse processo de votação. Acho que, como há uma tramitação do projeto na Casa, para não haver choque, e como vamos fazer de comum acordo aqui, as partes assinam a dispensa de formalidades, redigimos aqui o texto e votamos. Acho que isso supera todas as questões e quero aqui parabenizar o deputado Adolfo Menezes, por trazer, hoje, esse debate aqui. Vamos votar conjuntamente.

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Com a palavra, o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *TV Assembleia*, tivemos no último mês, por todo o Brasil, uma série de rebeliões nos presídios brasileiros. E nós assistimos verdadeiras matanças de seres humanos dentro desses presídios, nos quais o Estado tem de garantir a integridade física desse cidadão.

O que nós percebemos e o que se mostrou em toda a imprensa falada e escrita é que esses detentos privados de sua liberdade continuam mandando e desmandando dentro do presídio, e isso é possível por causa dos aparelhos de celular. Hoje, o detento... Em todas as incursões que a polícia fez, que o Exército fez na maioria dos presídios, foram encontradas enormes quantidades de celulares, com os quais esses presos vinham mantendo contato com a sociedade lá fora.

Portanto, meus amigos e amigas, estou hoje dando entrada numa indicação para que o governador do Estado da Bahia considere todas essas matanças, essas rebeliões que foram conduzidas e que se não bastasse, nós vemos, todos os dias, vários ônibus sendo incendiados, vemos também de dentro dos presídios os chefes do tráfico comandarem os seus soldados que estão fora, através dos celulares.

Portanto, faço uma indicação ao governo do Estado para que considere tudo isso, que considere a ineficiência do poder público em impedir a entrada de celulares e outros equipamentos nos espaços internos dos presídios.

Peço ao governador do Estado da Bahia que use a tecnologia de um aparelho que, hoje, é capaz de neutralizar o sinal de celulares nos presídios, um equipamento que temos certeza de que com o fundo penitenciário que será aprovado por esta Casa,

com dispensa de formalidade – a Oposição faz um gesto com a Bahia de fazer essa dispensa –, tenho certeza de que o secretário Nestor Duarte, o governador do Estado irão usar essa tecnologia chamada de *jammig*, aparelho que bloqueia o sinal. Cada presídio poderá comprar 2 aparelhos desse, e nenhum elemento que consiga colocar um celular dentro do presídio vai poder ter o sinal para se comunicar fora.

Então, essa é a indicação, Sr^a Presidente, a que demos entrada, hoje, para que o governo do Estado se sensibilize e possa colocar esses aparelhos em todos os presídios do nosso Estado, diminuindo assim, a insegurança que temos e a sensação de que estamos a mercê dos bandidos em nosso Estado.

Portanto, Sr^a Presidente, era este o assunto que me trouxe à tribuna nesta tarde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Ivana Bastos):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, que neste momento transmite esta sessão. Venho a esta tribuna, primeiro, para registrar através da *TV Assembleia* que, no último dia 20 de novembro, morreu (Lê) “a pequena Jéssica, uma garotinha inglesa de apenas 4 anos, diagnosticada a partir de uma simples dor nos braços e ombros. Ela foi vítima do câncer infantil.

Assim como Jéssica, pelo menos 12,6 mil crianças e adolescentes brasileiros devem ser acometidos pela doença entre os anos de 2016 e 2017, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Entre esses, 500 novos casos surgem somente na Bahia por ano.

Estes são apenas alguns alertas, caros colegas deputados e a imprensa presente, que devem ser feitos todos os dias, mas especialmente hoje, dia 15 de fevereiro (Dia Internacional de Combate ao Câncer Infantil), não poderia deixar de registrar, pois a enfermidade nessa fase da vida pode ser derrotada em cerca de 70% dos casos quando se consegue obter um diagnóstico precoce.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer é a doença que mais mata crianças e jovens de um a dezenove anos no Brasil. Por isso, quero aqui, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e institutos de pesquisa afins na Bahia, deixar este aviso para que todos os pais sigam atentos a problemas relativamente banais, porém persistentes, e procurem o quanto antes, orientação médica. Prevenir sempre será o melhor remédio.”

Então, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, não poderia deixar passar em branco, neste Plenário, e gostaria de fazer um alerta à população, aos pais, para que, no momento em que a criança tiver qualquer dor, venha a ser examinada, diagnosticada, para que esse índice, que agravante, possa diminuir. Esse era o primeiro assunto que gostaria de tratar aqui nesta tarde.

Um outro assunto, Sr^a Presidente. Ontem, falei aqui a respeito do fundo

penitenciário que vai ser aprovado nesta Casa na próxima semana. Trouxe aqui para mostrar o que o Estado do Rio Grande do Sul está fazendo em benefício da criança e do adolescente, como também em benefício dos idosos. Eles criaram o Fundo Estadual da Criança e Adolescente e, também, já é realidade a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa. O Estado do Rio Grande do Sul já está apto para receber doações, tanto para o Fundo Estadual da Criança e Adolescente como também para o Fundo Estadual da Pessoa Idosa.

Que sirva de exemplo para o nosso governador do Estado, que já está com o projeto aprovado, deputada presidente. Fui relator desse projeto desde 2013, desde o governo Wagner, e o governador Rui Costa não quer fazer com que a lei seja cumprida. Não quer abrir o Fundo Estadual da Pessoa Idosa, Zé Neto. Isso precisa ser olhado com atenção, desde 2013 que foi aprovado, e esse fundo ainda não foi criado para que os idosos possam ter aquilo que é de direito.

Então, gostaria de registrar e pedir o apoio dos Srs. Deputados para que falem isso onde quer que estejam, nas suas bases, que a Bahia não tem o Fundo Estadual da Pessoa Idosa. Era só isso, muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Ivana Bastos): - Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Srª Presidente, é uma satisfação imensa ver nessa Mesa duas guerreiras, duas combativas deputadas assumindo o comando desta Casa, isso nos alegra, nos dá até uma disposição renovada, diria V.Exª.

Srs. Deputados, Srªs Deputadas, aqueles que nos ouvem, queria dizer – deputado Targino, que está ali sempre atento e participando das discussões da Casa; deputado Luciano; deputado Joseildo, nosso querido presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que fez um trabalho espetacular ao longo desses 2 anos – da importância de, neste momento, fazermos o que estamos fazendo com a decisão tomada por alguns deputados que, no meu ponto de vista, acho que vai ser uma decisão unânime da Casa. Inclusive, já há uma dispensa de formalidades em curso para que possamos encaminhar um pleito, que é o pleito da sociedade.

Passamos, agora, por um momento de disputa dentro desta Casa. Uma disputa importante, deputado Paulo Câmara, meu querido amigo que, sem dúvida nenhuma, é uma das referências que temos nesta Casa. Quando cheguei já encontrei Paulo, éramos de posições diferentes, fizemos uma amizade fraterna e hoje tenho a alegria de poder estar aqui contigo, lado a lado. E a questão do processo de recondução do presidente, de não poder se reeleger dentro do próprio mandato, deputado Luciano Ribeiro, é um clamor da sociedade.

Quero aqui parabenizar os dois deputados, inclusive em 2013 eu tinha um projeto desse, que veio a Plenário, não foi votado, e os deputados Rosenberg Pinto e Adolfo Menezes agora encaminham esse pleito. Quero dizer o meu posicionamento como Líder da Bancada de Governo: estamos à disposição para fazer com que esse

projeto inclusive possa ser votado ainda hoje, pelo menos no seu primeiro turno, isso por acordo de liderança. Tenho convicção de que na Oposição não há outro sentimento senão esse para que possamos dar à sociedade um retorno, diria um retorno de legitimidade do que sente a sociedade. A sociedade quer que aqui nesta Casa não tenhamos mais de uma eleição, pelo menos é isso que está posto, e não haver reeleição como vinha acontecendo. Não era ilegal. Tivemos aqui a grata alegria de termos o presidente da Casa Marcelo Nilo, que fez um trabalho importante.

O Poder Legislativo da Bahia, em meio a tantas crises, conseguiu sair com dignidade de todas as dificuldades que foram enfrentadas na política nacional. Nesta Casa não vimos um escândalo, deputado Robinho, não vimos nenhum equívoco, esta Casa passou a ser aberta, esta Casa não tinha um auditório. O formato desta Casa era um formato do passado, uma casa legislativa sem plenária, não tinha Plenário aqui, imaginem, você pode ver que o auditório deste Plenário é pequeno, tudo isso para afastar esta Casa do Povo. Mas aqui, nesses últimos anos, não podemos deixar de lembrar isso, esta Casa passou a ser muito mais aberta, os secretários de Estado passaram a ter a responsabilidade de vir sempre a esta Casa, todos eles, e fazer aqui o debate com a sociedade.

Agora, há pouco, passei e encontrei os trabalhadores do Derba, parei, dei atenção e disse a eles que não tem problema nenhum em fazer uma comissão e conversar conosco em nosso gabinete. Isso para mim são ganhos que esta Casa tem auferido e com certeza dado à sociedade os retornos que ela tem cobrado. O momento de discussão sobre esse tema tão importante de reeleição para presidente da Casa acho que vai culminar num desfecho que a sociedade espera.

Portanto, parabéns ao deputado Adolfo Menezes, parabéns ao deputado Rosemberg Pinto, com certeza sairemos hoje à tarde pelo menos com o primeiro turno encaminhado para que tenhamos condição de ir para a sociedade dar o retorno que ela espera e merece.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr^a Presidente, nobres deputados, quero aqui declarar o meu apoio também à atitude do presidente da Casa com relação à necessidade premente de enxugamento, na crise que temos, de não conceder aumento da verba, que seria de direito, já que a Câmara Federal assim o fez de 15% nas verbas de gabinete. É importante que façamos isso, é importante que tenhamos transparência, autonomia, independência na Casa; quero dizer que são atitudes do atual presidente Angelo Coronel, que certamente apoiamos e toda a sociedade apoia.

Aproveito também para saudar o governador Rui Costa, que esteve hoje na região de Jequié, saudar o nosso prefeito Sérgio da Gameleira, os prefeitos que lá estiveram, o prefeito de Lage, Binho de Mora; Cacá, de Wenceslau Guimarães; prefeita Maria, enfim, estive lá com os deputados Eduardo Sales, Aderbal Fulco

Caldas, Euclides Fernandes e fomos entregar viaturas da Polícia Civil, ambulâncias da SAMU, deputada Ivana Bastos. E também visitar, deputado Zé Raimundo, as obras da Policlínica que será inaugurada em Jequié e a duplicação do hospital Prado Valadares, bem como a ordem de serviço do SAC, a área de saúde, a região de Jequié e microrregião certamente serão atendidas à medida que houver a duplicação de leitos. E a policlínica, a primeira nessa que é a maior política do governador Rui Costa e do secretário Fábio Vilas-Boas, vai regionalizar as ações de saúde tirando toda aquela concentração que há na capital, pois o interior tem de mandar pra cá.

Essa regionalização da saúde certamente é uma das políticas públicas mais importantes para o setor no governo Rui Costa. Estive lá com a sua comitiva, quero saudá-lo e dizer que Laje foi contemplada com a ambulância do SAMU. Nós mandamos um grande abraço e esperamos também que a região, que hoje teve mais de 60 milhões em investimentos do governador Rui Costa, possa efetivamente levar mais saúde e educação à população. Lá teremos a nova escola estadual da Polícia Militar, um pleito regional e da primeira-dama Aline.

Ficamos muito felizes por participar da comitiva. Saudamos o governador Rui Costa e toda Jequié e microrregião.

Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Ivana Bastos):- Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Marcell Moraes, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr^a Presidenta, colegas deputados, Galerias, Imprensa, as pessoas que nos acompanham através da *TV Assembleia* e pelas redes sociais, boa-tarde.

Venho aqui hoje mostrar a nossa preocupação com o descaso ambiental, a segurança pública e a saúde, áreas em que o governo da Bahia deixa a desejar. Vou começar falando de um projeto nosso que tramita aqui na Assembleia a favor do Uber. Infelizmente, deputado Luciano, no ano passado a Câmara Municipal de Salvador aprovou por unanimidade a proibição desse tipo de transporte, mas eu tenho certeza de que ele já é uma realidade, já está instalado. E esses mesmos vereadores que votaram contra o Uber têm familiares que usam. Não tenho dúvidas disso.

Estamos no século XXI, e me lembro, deputado Zé Neto, que o meu avô investia em linhas telefônicas que custavam um absurdo. A globalização chegou, e as pessoas evoluem. Vamos evoluindo a cada dia, e é óbvio que hoje todo mundo tem uma linha telefônica. Então, não podemos proibir algo que é bom para a sociedade. O mercado está aí, é competitivo, e precisamos defendê-lo o quanto antes para ela ser beneficiada.

Aqueles taxistas que trabalham sério conseguirão continuar no mercado, mas não os que muitas vezes... Vem aí o Carnaval. Já fui vítima de taxistas não quererem parar, pois só pegam corridas longas. Agora vai ser o primeiro Carnaval do Uber, que já é uma realidade. Vamos lutar pela sua aprovação, tanto aqui na Assembleia quanto

na Câmara Municipal de Salvador, porque os soteropolitanos merecem esse privilégio e, óbvio, a regulamentação do Uber, que vai arrecadar impostos e trazer melhorias para a nossa cidade.

Então, é isso! Ele já existe, e ninguém vai conseguir proibir: nem o prefeito ACM Neto nem o governador Rui Costa. Esqueçam! Já é uma realidade, e o que precisamos agora é regulamentar esse transporte eficaz que vai agradar a todos os baianos.

Também quero dizer que muitas vezes o taxista não aceita animais. Já no Uber existe uma opção no aplicativo para que o taxista possa aceitar ou não um animal, sendo mais um benefício. Digam sim ao Uber. Vamos lutar a favor, porque vai ser bom para a nossa cidade e a nossa economia. O País está em crise, muitas pessoas estão desempregadas.

Quero fazer uma denúncia: não existe a quantidade de taxistas que dizem por aí. A maioria é empresário, dono de 200, 300 placas de táxis. Portanto, não são os taxistas que estão reclamando do Uber, e sim os grandes empresários, que têm placas e mais placas. Fazem, desfazem e abusam, contratando pessoas para se vestirem de taxistas. Obviamente elas são usurpadas, pois eles cobram 400, 500 reais pelo uso do táxi. Depois vem a campanha de que o taxista comprou a placa e vai ter o prejuízo. Olhem só!

Estamos no século XXI, repito, e o Uber já é uma realidade, queira o prefeito, queiram os vereadores ou não. Olhem que sou da base do prefeito ACM Neto, mas não concordo.

Tenho certeza, deputados Luciano e Bobô, de que esse tipo de transporte é mesmo uma realidade. Vamos pela regulamentação para o município arrecadar, porque será bom para todos nós, soteropolitanos.

Falo deste município, mas tem o Uber de Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista. E terá Uber em todos os lugares. Estamos no século XXI. Parem com esse negócio de dizer que os taxistas tomarão prejuízo, porque não tomarão prejuízo algum! O taxista bom permanece no mercado. Tem público para tudo, e o taxista ruim cai fora do mercado. Devemos defender isso.

A globalização está aí, e não podemos retroceder. Já está liberado em São Paulo. Por que não liberar logo o Uber na terceira maior cidade do País, a nossa Salvador?! A regulamentação está aí. O Uber já é uma realidade, querendo-se ou não. Precisamos organizar, regulamentar para que esses motoristas do Uber que muitas vezes estão desempregados tenham oportunidade de trabalhar dignamente, registrados, sem serem perseguidos por taxistas ou discriminados pela sociedade. E obviamente arrecadando-se impostos.

Está aí o meu pronunciamento a favor do Uber.

Quero falar agora, deputada Fabíola Mansur, presidente, sobre a segurança pública no nosso Estado. Estamos no século XXI, e fiz questão de acompanhar a clipagem dos dias 7 a 15. Vejam só, 3 mortes em Itinga! Salvador e Região Metropolitana somam 10 homicídios nessa terça. Está lá na página do *Bocão News*:

“Grupo explode caixa eletrônico em Lauro de Freitas. Bandidos expulsam jovens de carro e executam vítimas em Lauro de Freitas.” A cidade é representada aqui pela deputada Mirela, que faz um grande trabalho por aquele povo sofrido. *“Motorista é baleado na lotérica do IAPI. Bandidos assaltam clínica na Pituba.”*

Pessoal, estamos no século XXI! Será possível que o governo do Estado não acorda, deputado Leur Lomanto Junior, Líder da Oposição, e vê que estamos presos?! Cadê o policiamento?! Cadê a inteligência da polícia?! É preciso que o governador da Bahia dê uma sacudida!

Não é possível que precisemos andar de carro blindado agora! Eu já blindei o meu, porque estamos à mercê de acontecer alguma coisa. Tenho uma filha de 2 anos e não vou correr risco! Tenho mãe e irmãs! Mas muitos não têm a minha condição! Faço um apelo!

Não há deputados que tenham coragem de dar uma volta de bicicleta no Parque Metropolitano de Pituaçu dia de domingo - quero alertá-los - porque serão assaltados. Será que S.Ex^a não enxergou ainda isso?! Até quando ficaremos pedindo pelo amor de Deus aqui?! Quem será a próxima vítima?! O deputado Zé Neto?! O deputado Marcell Moraes?! Não será o governador do Estado, porque ele anda de helicóptero, e o ladrão não tem helicóptero para assaltá-lo lá em cima!

Não é possível que no século XXI a Bahia ... Isso acontece todos os dias! Aparece no site do *Bocão News*, no jornal *A Tarde*, na *Tribuna da Bahia*, no *Bahia Já!*

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Concedo o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a, deputado Marcell Moraes, da área, do setor e que conhece profundamente os parques de Salvador e do nosso Estado, coloca uma situação constante. Muitos reclamam que a população não frequenta os parques. Mas é pela falta de segurança, como colocou aqui V.Ex^a, que já foi administrador do Parque de Pituaçu e sabe que é fundamental para a população visitar e usufruir dos parques. Eu digo Pituaçu e todos os outros parques, tanto estaduais como municipais. Que haja segurança, senão a população não vai!

O Sr. MARCELL MORAES:- Não vai mesmo. Verdade.

O Sr. Fábio Souto:- Num parque desses, que ocorra um acontecimento, apenas um, já se cria um medo na população, e ela começa a não utilizá-lo. V.Ex^a está de parabéns por sua colocação, mostrando a importância de o governo do Estado agir na Segurança Pública para melhorar a segurança nesses parques.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado Fábio Souto, V.Ex^a tem toda a razão. Eu faço um novo desafio. Desafio qualquer deputado de Oposição ou Governo: dê uma volta no Parque de Pituaçu, de bicicleta, e será assaltado. Tive a oportunidade de ser coordenador dele, e é inacreditável! São 10, 20 assaltos por final de semana. Isso há 10 anos, e nada muda!

Quero conceder um aparte ao deputado Luciano Ribeiro. Logo depois, aos deputados Sidelvan Nóbrega e Leur Lomanto Junior.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Inicialmente, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Na parte em que V.Ex^a toca neste assunto delicado, a segurança pública, que atinge a todos os baianos, os índices de criminalidade na Bahia são algo assustador. Quando vejo os deputados do governo subirem à tribuna para comemorar as ações dele, fico a me perguntar se estão, de fato, sendo verdadeiros consigo mesmos ou trazendo informações que lhes foram passadas erroneamente.

Ainda hoje, em Brumado, cidade do Sudoeste da Bahia, mais uma pessoa foi vítima da má assistência na saúde pública e morreu por falta de UTI, devido à malfadada regulação. Quero falar agora de algo que não compreendo e gostaria que os debates se voltassem para a nossa realidade estadual nesta Casa. Ao fazer uma análise mais detalhada sobre o relatório de execução orçamentária financeira do exercício de 2016, vejo, procuro compreender e gostaria que me fossem elucidadas as razões que fizeram com que a Bahia, em 2016, devolvesse de convênios e repasses da União para o Estado R\$ 128,6 milhões, ou seja, estavam nos cofres estaduais e foram devolvidos ao governo federal. Várias razões pode haver para essa devolução. Queria ter a certeza, saber quais são elas para poder analisar. O que me surpreende é que essas transferências devolvidas são exatamente das áreas hídrica, da Educação e Segurança Pública. Sabemos que são 3 áreas extremamente sensíveis. Em 2016, a da Educação executou um orçamento menor do que no ano anterior.

Quero parabenizá-lo pelo discurso. E que a base governista nos explique quais as razões dessa devolução.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. MARCELL MORAES:- Muito obrigado, deputado Luciano Ribeiro. Concederei um aparte ao nobre deputado Sidelvan Nóbrega, meu grande amigo.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Marcell Moraes, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso. Ontem estive nessa tribuna justamente para falar sobre o Parque de Pituçu. Uma família esteve domingo lá e me mostrou fotos dele, que está abandonado pelo governo estadual. Não há nenhuma manutenção e segurança. A parte de meio ambiente também está totalmente abandonada. Nós precisamos, sim, que o governo venha a ter um compromisso com o nosso Estado e os nossos parques, até porque temos uma Secretaria do Meio Ambiente.

Quero parabenizá-lo por trazer este assunto, sei que é uma bandeira que V.Ex^a defende. E me associar ao seu pronunciamento.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado Sidelvan Nóbrega, agradeço-lhe. V.Ex^a tem toda a razão.

Em Salvador não existe mais o turismo ecológico. Salvador, deputado Bobô, é comparada a Ouro Preto. O turista vem aqui para visitar antiguidades. Não existe turismo ecológico.

Temos a maior baía do País e a segunda maior do mundo, a Baía de Todos os Santos, totalmente poluída. D. Márcia Telles, do Inema, não fiscaliza nem navio que está sendo lavado aqui. Estão deixando de lavar navios lá no Porto de Santos, onde há fiscalização, para lavá-los aqui na Bahia. Márcia Telles fecha os olhos! A troco do que

ou de quem, não sei. A diretora geral do Inema pouco faz. É um órgão que deveria fiscalizar, mas, ao contrário, é um órgão que fala amém ao governador do Estado.

Não temos mais o turismo ecológico. Quando falamos em dunas, logo vem à cabeça o Rio Grande do Norte. As poucas dunas que temos em Salvador foram destruídas com a vinda da Copa do Mundo e ampliação do aeroporto. O parque de lagoas e dunas do Abaeté, uma vergonha. Deveria ser uma unidade de conservação do governo do Estado, mas é um parque totalmente abandonado. O governo do Estado deixa o parque aberto, restaurantes funcionando até às 4, 5 horas da manhã. E o parque ambiental, que é o seu objetivo, está totalmente degradado, invadido e a lagoa poluída a cada dia.

Nasci em Rui Barbosa, mas morei em Amargosa, e não tive a oportunidade, deputada Fabíola, de tomar banho de rio em Salvador. É possível, deputada Fabíola, que nossos filhos, nossos netos ou nós mesmos não tenhamos oportunidade de tomar um banho de mar! A Baía de Todos os Santos, maior baía do País, a segunda maior do planeta, levando esse nome baiano, nosso maior patrimônio, o governo do Estado fecha os olhos, o secretário estadual do Meio Ambiente fecha os olhos, a Sr^a Márcia Teles, uma incompetente, fecha os olhos, e o turismo ambiental em Salvador acabou.

É esse o Governo do Estado que só serve para ver pela propaganda, porque não cuida da segurança, não cuida dos parques, não cuida do meio ambiente, não cuida dos bichos, não tem nenhum programa relacionado a bicho, não tem castramóvel, não tem hospital público, não tem cemitério público. É o governo do faz de conta.

Trago também, deputado Bobô, uma reclamação do vereador Gil, de Ilhéus, do Partido Verde, amigo nosso. O governo do Estado, deputado Targino, fechou uma escola, em Ilhéus, que funciona há 60 anos, e era a única escola de Ilhéus que funcionava em tempo integral. Mandaram os alunos procurar outra escola.

Vejam só, a passagem de ônibus, em Ilhéus, custa R\$ 3,10. Uma escola de tempo integral, naquela região, é para as pessoas carentes, que não têm condições de deixar os filhos em outra escola, e o governo, de uma hora para outra, fechou.

Acordem o secretário de Educação, pelo amor de Deus. Do jeito que está, o Governo acabou. Os deputados que têm voto em Ilhéus, acordem. Foi fechado um colégio em Ilhéus de 60 anos, único colégio de tempo integral, e as crianças não têm para onde ir.

Vou solicitar também ao pessoal da Comissão de Educação, deputada Fabíola, que fale desse tema, e quero uma explicação do governador do Estado sobre fechamento do único colégio de turno integral em Ilhéus que funciona há 60 anos.

Esse é o governo do Estado da Bahia, que não cuida do meio ambiente, que não cuida dos animais, que não cuida da segurança pública, que não cuida da educação, é o governo do faz de conta. É preciso que os deputados do governo, deputada Fabíola, também se posicionem. Vocês foram eleitos para defender o povo, não para ficar falando amém, amém, amém ao governador. O governador está errado, precisa dar uma sacudida nele para que enxergue os problemas do nosso Estado.

A estrada de Santo Antônio de Jesus para minha terra, querida Amargosa, não

passa carro. De vez em quando o governador vai à Amargosa, mas só chega de helicóptero. Aí, é fácil chegar. Quero ver ele pegar a estrada Santo Antônio de Jesus - Amargosa. Mas chegar em Amargosa de helicóptero, parar na cidade jardim, é muito bonito. Do outro lado, indo por Milagres, ele tem medo de ser assaltado, porque naquela estrada tem assalto todo dia. Pelo outro lado não passa por causa dos buracos. Ele pega, então, o helicóptero.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAIS:- Com o aparte o deputado Leur Lomanto Junior, Líder da Oposição.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Marcell Moraes, gostaria de agradecer pelo aparte, e dizer que escuto atentamente o seu pronunciamento.

Quero chamar a atenção dos parlamentares da Base do Governo que insistem em subir à tribuna para exaltar a atuação do governo do Estado com relação à segurança pública. Parece, deputado Marcell, que os membros da Bancada do Governo não estão viajando, não estão andando pelo interior do Estado da Bahia, não estando lendo os jornais, os *blogs*, escutando as rádios para saber o real estado em que se encontra a segurança pública em nosso Estado.

A onde de violências é crescente, a onde de assaltos a bancos no interior é crescente. Não há um dia sequer, deputado Marcell, que não esteja estampado nos principais jornais de veiculação, um assalto a banco no interior do Estado da Bahia. As pessoas estão amedrontadas de saírem às ruas, seja aqui na capital, Salvador, seja no interior do nosso Estado, e aqui ninguém fala disso! Os parlamentares da Bancada do Governo sobem a esta tribuna (...)

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado Marcell Moraes?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- (...) exaltam o governo do Estado como se estivesse tudo às mil maravilhas, como se na Bahia não tivesse problema de segurança pública, como se nós não tivéssemos problemas com os índices de criminalidade, de tráfico de drogas, que está cada vez mais crescente e invadindo o interior do nosso Estado. O *crack* está invadindo as cidades do interior do nosso Estado da Bahia, mas a Bancada do Governo parece que não enxerga a realidade como ela é. Essa é a realidade!

A população cobra e quer resultados, e os resultados não estão aparecendo. São 10 anos, deputado Marcell Moraes, de governo do PT! E a política de segurança pública implementada pelo governo do Estado não deu certo! Faliu! Se exauriu! Estão aí os números, está aí a realidade! Você colocou muito bem: as pessoas estão tendo de blindar os seus carros, as pessoas... As nossas famílias estão impossibilitadas de fazer o seu *cooper* na orla de Salvador, porque se fizerem há o rico de assalto. As pessoas estão impossibilitadas de pegar a sua bicicleta para fazer um passeio no Parque de Pituáçu, como V.Ex^a colocou, porque estão com medo, porque sabem que a chance é grande de serem assaltadas.

Então, V.Ex^a traz esse assunto da segurança pública, do aumento da violência no nosso Estado, que é um dos graves problemas que a Bahia vem enfrentando. São

10 anos! São 10 anos do governo do PT, e, infelizmente, a onda de violência só piora no nosso Estado.

Parabéns a V.Exª pelo seu pronunciamento.

O Sr. MARCELL MORAES:- Eu agradeço, deputado Leur Lomanto Junior.

É exatamente isso! Eu viajarei no próximo final de semana para a cidade de Paripiranga. Em Paripiranga o índice de violência é altíssimo. O prefeito de lá, Justino, é até do Partido Verde. O índice de violência lá é altíssimo. Há quatro anos mataram o candidato a prefeito da cidade, e até hoje não descobriram quem foi!

Esse é o governo do Estado da Bahia, mais uma vez eu digo, que fecha os olhos para a educação, para a segurança pública, para a saúde, para o meio ambiente, para os animais. Acorde, governador! Pare de querer imitar o prefeito ACM Neto! Acorde! A Bahia é grande, governador. Deixe de querer fazer política, e vamos trabalhar pelo povo, pela segurança pública.

Daqui a uns dias, deputado Leur Lomanto Junior, não vão blindar os carros, não, vamos ter de blindar nós mesmos. Vamos andar pelas ruas blindados, deputada Fabíola Mansur! V.Exª que é deputada da Bancada do Governo, quando tiver oportunidade de falar com o governador, pode dar uma sacudida nele! Bora! Melhore a segurança pública, governador, porque estamos a mercê aí! Daqui a uns dias vamos ter de blindar a nós mesmos!

O Sr. Targino Machado:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Concedo o aparte ao deputado Targino Machado.

A Srª Fabíola Mansur:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Concederei no momento oportuno, deputada.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Marcell Moraes, em boa hora V.Exª traz esse assunto das ruas para a tribuna da Casa, que é motivo de angústia e de preocupação para todos nós. Essa violência, que não está só nos grandes centros, nas grandes cidades, tem se espreado para todos os rincões do Estado. Não gosto de discutir o óbvio, mas o Brasil tem o maior número absoluto de homicídios no mundo, deputado Marcell Moraes. A Bahia lidera o número de assassinatos no Brasil, segundo pesquisa do Ministério da Justiça. Deixo aqui a preocupação que é minha, mas precisa ser de todos. Fico feliz em saber que também é uma preocupação de V.Exª.

Veja que na Síria, governada por um ditador, sanguinário, infame e miserável, estão morrendo 55 mil pessoas por ano num estado de guerra, e no Brasil, em plena democracia, onde dizem que a liberdade impera, estamos perdendo 65.500 vidas por homicídio. Então, bom seria que mais oradores tanto da Oposição, quanto do Governo seguissem a trilha de V.Exª e levassem esse assunto para a tribuna desta Casa, até para chamar a atenção dos governantes, do governador. O governador que, ontem, seguindo a bandinha, disse que gosta de navegar. A Bahia precisa que ele ande mais, desça dos ares, caia do céu e venha passear nas ruas da Bahia.

O Sr. MARCELL MORAES:- Obrigado, deputado Targino Machado.

Este assunto é, altamente, importante para a sociedade entender que a Bahia não está essa maravilha toda, não. Vejam vocês, o quintal da casa do governador é o Zoológico. Isso é uma tremenda vergonha! Gosto de falar deste assunto aqui, porque quem não cuida do seu próprio quintal não tem condição de cuidar do quintal de ninguém. O quintal do governador é o Zoológico, fica em Ondina e é uma imundície. O governador não cuida nem do seu quintal!

Dá uma sacudida aí! É preciso o governador entender, de uma vez por todas, o que o Parlamento baiano necessita. Até os deputados do governo estão meio tímidos, porque eles não têm o que debater. A violência está aí. É preciso que o governador tome uma atitude. E eu torço, até, para ele dar certo.

Mas, chega! Existe o carro blindado. Deputado Zé Neto, daqui a alguns dias, teremos de andar blindados e V.Ex^a andarà blindado em Feira de Santana, porque a violência está demais. A violência está todos os dias em todos os jornais, em todos *sites*, em todos os canais de TV. Fala-se: “Morreu não sei quem. Policial baleado. Assalto isso. Assalta aquilo.” Alguns dizem que isso só acontece na capital. Mas vamos a Amargosa. As pessoas, lá, estão sendo assaltadas no meio da feira de Amargosa.

Este é o meu repúdio ao governo do Estado da Bahia pelo pouco que faz pela segurança pública, pela saúde, pelo meio ambiente e, menos ainda, pelos animais.

Espero que os deputados da Base do Governo sentem-se com Rui Costa, a fim de dar-lhe uma sacudida e colocá-lo para trabalhar.

Vamos todos juntos lutar por um mundo melhor!

Saudações ecológicas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Marquinho e, pelo tempo de 7 minutos, a deputada Fabíola Mansur que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, caros amigos e colegas deputados, é muito fácil ouvir o nobre deputado Marcell Moraes em seu brilhante discurso. Mas discordo de parte desse discurso todo, porque acho muito difícil para

V.Ex^a ouvir dizer em todos os jornais que o governador Rui Costa é um dos melhores governadores do nosso Brasil. Ele é o melhor, porque anda com suas finanças em dia e tem o controle do governo do Estado.

Agora, há problemas em diversos governos afora como o do Rio de Janeiro que arrecada mais da metade do que a Bahia e está em dificuldades. A Bahia anda bem, porque Rui Costa é um governador técnico, conhece o seu estado e conhece as finanças do seu estado.

O nobre deputado Luciano Simões – a quem darei o aparte – estava falando que morreu paciente dentro da UTI de Brumado. Ora, serão inaugurados 20 leitos em UTI divididos em 10 leitos na unidade neonatal e 10 leitos na unidade de adultos. O governador está trabalhando ainda mais para inaugurar, no próximo segundo semestre, o Hospital Regional da Chapada Diamantina. Foram inaugurados, recentemente, o HGE 2 – este é outro hospital do mesmo tamanho do HGE – e o Hospital da Mulher.

É duro ouvir, às vezes, a Oposição batendo aqui. Vejam, o negócio é o seguinte: o governador Rui Costa está no caminho certo, o governador Rui Costa é competente, Rui Costa é um governador justo e Rui Costa é o melhor governador do Brasil.

Quero dizer-lhes que ciúme não pega e ainda bem. V.Ex^a fica enciumado o tempo todo, porque o governador Rui Costa está fazendo as encostas em Salvador e está trabalhando no interior.

Caros amigos, às vezes, não dá tempo de o governador inaugurar todas as obras. Estive, recentemente, em Tanhaçu para inaugurar o novo sistema de águas junto ao prefeito da cidade vizinha. Já inauguraram diversas obras. Na próxima semana, mais precisamente no sábado, eu, o deputado José Rocha e Aurides inauguraremos uma praça com custo orçado no valor de R\$ 700 mil.

Então, a Bahia, territorialmente, é do tamanho da França e o governo possui toda esta área para fazer o seu trabalho. E, mesmo assim, o governo Rui Costa dá conta do seu recado, mesmo recebendo metade do que recebe o governo do Rio de Janeiro e o governo de Minas Gerais que estão passando por dificuldades financeiras.

Então, só para completar, nobre deputado e presidente Luciano Simões Filho, eu quero trazer a esta Casa um outro problema que aflige alguns funcionários municipalizados da rede estadual. Alguns prefeitos acham que a prefeitura é o seu curral e pensam ser donos dos recursos públicos.

Dou um exemplo. Os prefeitos pegam os seus funcionários municipalizados da saúde e os devolvem ao governo do Estado. E, com isso, esses funcionários que, às vezes, ganham entre R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00, não têm condição de sustentar a sua família na cidade mais próxima que tem a parte da saúde; como é o caso a minha cidade Barra da Estiva.

Então, o prefeito que assoma ao seu mandato acha que os funcionários e as finanças fazem parte da sua casa.

Quero dizer que nós, deputados estaduais, somos impedidos de mudar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia. Mas eu farei uma

indicação ao governador do Estado na próxima audiência para ele colocar um artigo no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia com o intuito de impedir que o servidor seja transferido ou devolvido para o governo do Estado e, assim, o servidor não ficará distante da sua família ou, ainda, o mesmo poderia ficar lotado em qualquer órgão existente no município ou no município mais próximo, se não tiver nenhum órgão do Estado.

Porém, não é justo um funcionário, municipalizado há 20 ou 30 anos de trabalho, cedido a prefeituras, sem nenhum custo para o município, ser devolvido para o Estado, porque, simplesmente, esse funcionário não votou no prefeito ou por outro motivo e o Estado ter de colocá-lo a 200 ou 300 quilômetros de distância do seu lugar de origem.

Mas, na próxima audiência, tratarei deste assunto com o governador. Irei conversar sobre a importância de se regularizar os servidores municipalizados no governo do Estado tanto na área da educação quanto na área da saúde.

Então, quero agradecer ao nosso presidente por este espaço e, também, à deputada Fabíola por ceder o espaço do seu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Marquinho Viana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra, pelo tempo de 7 minutos, à deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, aproveitando o tempo do aparte não concedido pelo nobre deputado Marcell, queria dizer que todos nós temos de reconhecer a onda crescente de violência que assola o País e o mundo. Não podemos, nem como deputados da Base da Oposição, nem como deputados Base do Governo, ser levianos, deputada Mirela, a ponto de achar que todos os investimentos resolverão os problemas da segurança pública.

Por outro lado, nós não somos cegos a ponto de não reconhecer os esforços feitos pelo nosso governador como, por exemplo, o chamamento de policiais civis e militares através de concursos públicos, os investimentos feitos em centro de operações em segurança e em inteligência, etc. Também, não podemos ser ingênuos ao achar que o problema da segurança pública é único e, exclusivamente, é um caso de polícia, um caso de...

O Sr. Marcell Moraes:- Com o aparte, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- No momento oportuno, deputado.

O Sr. Marcell Moraes:- Está bem. Não se esqueça do deputado Marcell aqui.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Para resolver o problema da violência, nós sabemos que isso passa pela educação, passa, certamente, pelos investimentos em cidadania, passa, também, pelos investimentos em cultura, passa pela inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Recentemente, o governador Rui Costa criou o

Programa Primeiro Emprego com o intuito de beneficiar 9 mil jovens, deputado Marcell.

Saúdo Lucas e toda a sua comitiva de Catu.

Para se resolver os demais problemas, isso tudo passa por uma educação de qualidade. Para isso, o governo do Estado está, sim, fazendo investimentos na estrutura física das escolas, promovendo concurso público de professores, investindo na criação de 100 unidades do Programa Escolas Culturais.

Então, não é possível acharmos que o problema de segurança pública, deputado Leur, é, apenas, um caso em que o governo do Estado está sendo omissos.

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte, deputada Fabíola.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Senão, como analisariamos o que está acontecendo no Espírito Santo orientado pelo bom governador Paulo Hartung do PMDB?

A onda crescente de violência vem da ausência de famílias bem estruturadas, da ausência de escolas em tempo integral, da ausência de escolas em tempo integral, sim, da ausência de investimentos, da ausência de parceria entre municípios, entre o Estado e entre a União, que deveria fazer a sua parte, melhorando as fronteiras, investindo em serviços de inteligência.

Quero, aqui, inclusive, parabenizar a Oposição e a Base do Governo, porque num projeto encaminhado recentemente pelo governador, que é ampliação do Funpen, do Fundo de Penitenciárias, abriram mão de todas as tramitações regimentais para, legitimamente, votarmos um projeto de interesse público.

De fato, aqui, vocês conhecem esta deputada. A saúde, educação, segurança sempre demandarão mais investimentos, sempre, porque os problemas serão sempre crescentes. Na saúde, por exemplo, nós temos investimentos, mas, recentemente, foi aprovada uma PEC 55 pelo governo federal que nós sabemos que trará iniquidades para a saúde e para a educação.

Não é possível, aqui, sermos ingênuos e dizer que está tudo ruim, fazer política de terra arrasada. Sou uma deputada da Base do Governo, sim, que reconhece e critica, muitas vezes aqui critiquei, pedi mais para a saúde, para a educação. Não sou ingênua, deputado Joseildo, nós temos que reconhecer e temos que dar as mãos.

Há a parte da segurança ou da insegurança que nós todos sentimos, ela vem, ela está lá no município que não consegue gerar emprego para a nossa juventude...

O Sr. Zó:- Um aparte, deputada.

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- No momento oportuno, deputado Marcell.

(...), que tem vários dependentes do servidor público. Temos que reconhecer que é preciso várias soluções, soluções complexas para o problema da segurança, da saúde, da educação. Aqui não dá apenas para ficar criticando.

Aliás, deputado Marcell, queria dizer que ando em Pituaçu, tenho amigos em Pituaçu, ando no parque, mas eu não tenho carro blindado, até porque não tenho,

financeiramente, dinheiro para blindar um carro. No meu caso, ou compro o carro ou eu blindo. Portanto, ando com Deus e a proteção e, claro, tomando os devidos cuidados.

Deputado Prisco, reconhecemos que a valorização da PM é necessária, temos sempre que estar defendendo e defendo aqui, cada vez mais, os honorários de policiais, que foi o que fomentou a grave no Espírito Santo, policiais que ganham o menor salário do País, e não é a Bahia. Agora, claro, criticando é que se cresce, mas temos que criticar com a maturidade da compreensão. Não se pode apontar culpados aqui, ali, temos é que reunir esforços, como aqui fez o presidente para fazer um enxugamento, para, quem sabe, devolver ao governo do Estado, e, quem sabe, aplicar em saúde e educação.

Temos que unir esforços para aprovar as boas coisas, como fez agora o deputado Adolfo Menezes, que colheu assinaturas, está aí a minha assinatura, deputado, contra a reeleição na Casa. Temos que reconhecer os esforços que são feitos na saúde, como os investimentos que estão sendo feitos. Tudo que nós fizemos na saúde jamais resolverá os problemas da saúde, porque são demandas infinitas. A população cresce, a população envelhece, estamos numa transição demográfica. Ninguém pode fazer saúde com o valor de uma passagem de ônibus por habitante. É impossível fazer saúde sem municípios estarem de pires na mão com a União. E não vejo a União aumentar as verbas para a saúde. Muito pelo contrário, aprovam, certamente, medidas que vão gerar mais iniquidades.

Mas, quero aqui, para terminar, conceder um aparte ao deputado Zó e ao deputado Marcell. Seja breve, deputado.

O Sr. Zó:- Deputada, ouvindo essa discussão sobre a questão da violência, e tocaram na questão da invasão das drogas e do *crack* no interior. Primeiro, o *crack* começou nos Estados do Sul e de lá se proliferou pelas cidades do Nordeste, chegando até a cidades do interior, como Juazeiro.

A Cracolândia tem em todo lugar, principalmente no Estado de São Paulo, na sua capital, e infelizmente chegou aqui também. Tem que se discutir tudo em segurança, inclusive a política de drogas, que no Brasil, às vezes, é muito discutida sob a ótica da religião. E tem de se ter coragem para debater a questão da segurança por diversos vieses e uma série de fatores. Então, essa discussão precisa ser travada, e o Brasil não tem coragem de discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Tenho certeza de que os deputados Marcelino e Prisco discutirão. Deputado Marcell, infelizmente não há mais tempo, mas darei o seu aparte no momento oportuno.

O Sr. Marcell Moraes:- Obrigado, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Valeu, meu amigo!

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão,

concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Targino Machado. E pelos outros 6, o deputado Leur Lomanto.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao deputado Targino Machado por 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa e das Galerias, caros baianos que nos assistem através da *TV Assembleia*, tenho a impressão, trazida pela observação das propagandas nas vias públicas de Salvador, de que existe uma competição - diria, até sob certo aspecto, salutar - na primeira capital do Brasil. Essa disputa é trazida através das placas: essa obra é do governo do Estado, aquela é da Prefeitura, é do município. E ficam tristes os outros municípios da Bahia, que estão chupando dedo porque nessa briga o governador está querendo ser o prefeito desta cidade, quando na verdade ela tem um bom e bem avaliado prefeito - eleito com mais de 74% dos votos, se não me engano - que não precisa dessa interferência descabida de S.Ex^a.

Bom seria se ele soubesse dividir os investimentos para quem precisa mais. E notadamente para os serviços públicos que mais carecem, que mais estão a precisar. Bom seria que o governador tomasse conta da segurança pública. E da saúde pública, que está um caos! Os números mostram isso. Bom seria que o governador melhorasse os índices de educação, em vez de estar com essa preocupação voltada para a cidade do Salvador, achando que o prefeito é inimigo e transplantando todos os interesses da Bahia para a circunstância eleitoral que se aproxima no próximo ano.

Chegou a um ponto que, se não fosse triste, seria hilário. Aliás, e' hilário, deputado Lomanto, ver que S.Ex^a aceita participar disso. E o governador é quem coloca que existe para 2018 uma disputa entre ele e o prefeito. Ao anunciar com pompas ontem, na Concha Acústica, a participação do governo na folia de 2017, Rui Costa mostrou que não está disposto a deixar ACM Neto surfar sozinho no Carnaval de Salvador. Já entrou em cena lá acompanhado de uma bandinha e dançando, cantando a música "*O Descobridor dos Sete Mares*", de Tim Maia. Isso é porque Neto gosta de trio elétrico, gosta da folia. Mas sempre gostou. E isso tem mais a cara de Neto do que de Rui Costa, um carrancudo que nunca deu importância ao povo, um poste que foi guinado, trazido para a política por seu chefe, o ex-governador Jaques Wagner.

E, para o meu espanto, vejo aqui o governador Rui Costa dizer: "Pois bem, cheguei." Oh! Quem gosta de aparecer, governador, sobe num poste, pendura uma melancia no pescoço e pinta o bumbum de vermelho. É isso que V.Ex^a está querendo!

Homicídios a todo momento, como foi denunciado aqui hoje! As pessoas morrendo na fila da regulação, essa desgraça dessa regulação que inventaram na saúde da Bahia! É uma fila cruel onde escolhem uns para morrer e outros pra viver! As pessoas morrendo a todo momento porque não encontram vaga na UTI!

Sr. Presidente, o governador está dizendo o seguinte: "*Pois bem, cheguei.*

Quero ficar bem à vontade. Na verdade, eu sou assim. Descobridor dos sete mares, navegar eu quero.” Diz o governador.

Toma vergonha na cara! O senhor está precisando não é navegar, não! Está precisando é governar! Foi para Feira de Santana e fez um discurso 171, de estelionato político, dizendo: “Se eleito governador eu for, a primeira obra da Bahia será o Hospital Regional de Feira de Santana.” E estamos lá esperando essa primeira obra! E Feira de Santana não pode se queixar porque Rui ainda não fez uma obra sequer no interior do Estado. O negócio dele agora é navegar!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Coma palavra o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de a Oposição decidir apoiar o atual presidente Angelo Coronel para a Presidência desta Casa, nós fizemos questão de entregar-lhe um documento em que constam 10 sugestões para que sejam aplicadas por ele nestes 2 anos de mandato à frente da Assembleia Legislativa da Bahia. E no item nº 1 consta colocar de forma imediata para votação neste Plenário o fim da reeleição para a Mesa Diretora na mesma Legislatura.

E feliz ao ver a iniciativa deste Parlamento, através do projeto apresentado pelo deputado Adolfo Menezes com a concordância das Bancadas do Governo e da Oposição, resolve trazê-lo para ser apreciado e votado na tarde de hoje, mostrando o compromisso deste Legislativo no sentido de que é necessário dar a todos os parlamentares a oportunidade de pleitear e assumir uma vaga na Mesa Diretora desta Casa.

Portanto, gostaria de parabenizar o presidente Angelo Coronel por trazer este projeto para ser votado nesta tarde, bem como por ter implementado nestes pouco mais de 10 dias à frente da Presidência várias sugestões que igualmente constam do documento que lhe foi apresentado pelas Bancadas da Situação e Oposição. Entre elas, a instituição do Colégio de Líderes, que já esteve reunido na semana passada e terá a responsabilidade de fazer as discussões políticas da Assembleia, elaborar a pauta de votação e discutir as prioridades dos projetos que devem ser votados aqui.

O presidente Angelo Coronel instituiu ainda e inaugura a partir desta quarta-feira uma das ações mais importantes deste Parlamento: a votação de projetos oriundos dos parlamentares. Esta é a função principal do parlamentar: elaborar as leis do Estado. Mas, com certeza, ela estava adormecida neste Poder. Logo, inauguramos hoje um momento histórico desta Casa: o de votar projetos dos próprios deputados.

Então, venho aqui ressaltar que essa foi uma sugestão feita ao presidente Angelo Coronel pela Bancada oposicionista ao assumir a sua postura de apoio à candidatura dele. Assim como o fortalecimento das Comissões. Assim como a iniciativa da Presidência de enxugar os gastos da Assembleia Legislativa da Bahia para que se possa também fazer algo inédito ao final do ano - quem sabe? -, com esta

Casa dando `a sociedade o exemplo de devolver ao Estado recursos que poderão ser aplicados na segurança pública e em saúde.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Oposição começa este novo ano legislativo dando demonstrações claras de que naqueles projetos que forem de interesse da Bahia ela estará junto com a Bancada do Governo e a Maioria deste Parlamento para aplaudir, bater palmas e aprovar aquilo que seja necessidade do povo baiano.

Assim vai ser na próxima terça-feira, com o projeto que institui o fundo penitenciário, devido à gravidade da situação em que se encontram os sistemas prisionais baiano e brasileiro. Nós iremos dispensar todas as formalidades para que se aprove de forma rápida, urgente, urgentíssima esse fundo, possibilitando que o governo da Bahia receba recursos da ordem de mais de 40 milhões para serem aplicados no sistema prisional estadual.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, para falar nestes 11 minutos os deputados Adolfo, por 7, e Bobô, por 4.

Fazendo uma alteração, o deputado Bobô falará antes pelo mesmo tempo. Depois, o deputado Adolfo pelo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Bobô por 4 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente.

Eu queria inicialmente usar desta tribuna para parabenizar a deputada Fabíola Mansur pela sua intervenção ao responder ao nosso querido deputado Marcell. Mas não é um confronto, é chamando para a realidade dos fatos. Uma fala coerente, equilibrada e, acima de tudo, uma fala que chama atenção para o que, de fato, acontece na Bahia e no Brasil, porque a realidade é brasileira e não é só baiana.

Gostaria de enfatizar algo em minha fala. A deputada Fabíola não tocou nisso, mas eu faço questão de o fazer. Gostaria de ressaltar que temos um governador, absolutamente, consciente, capaz de continuar fazendo, na Bahia, uma administração reconhecida em nível nacional. É bom lembrar que, ao final do ano passado, a mídia nacional reportou dois grandes feitos na Bahia.

Deputado Joseildo, V.Ex^a foi prefeito, sabe o que é fazer gestão e sabe como é difícil fazer gestão ao economizar sobretudo.

O primeiro grande feito do governo do Estado da Bahia foi o de economizar R\$ 1,2 bilhão no custeio da máquina pública.

E nós vemos, no Brasil inteiro, os estados federados quebrarem, falirem e

estarem sem condições de pagar os seus funcionários e sem condições de honrar os seus compromissos, porque fizeram, justamente, o inverso, ou seja, aumentaram o custeio dos seus estados.

Portanto, Rui Costa é um grande governador. E só um grande governador seria capaz de fazer isso. Só um grande governador tem condições, obviamente, de ser o timoneiro ou o capitão deste time, pois ele tem, também, uma equipe escolhida por ele capaz de seguir as suas determinações.

Deputado Marquinho Viana, o segundo grande feito do governo do Estado da Bahia foi fazer com que a Bahia investisse a quantia de R\$ 3,5 bilhões durante o ano passado. A Bahia é o segundo estado da Federação que mais investiu em infraestrutura e se coloca, apenas, só abaixo do estado de São Paulo que possui, em orçamento, 6 vezes mais que a Bahia ou possui, talvez, o maior orçamento da América Latina.

Mas a Bahia ficou em segundo lugar, pois há investimentos em todas as áreas. É bom que se diga que houve investimentos na Bahia em todas as áreas abrangendo, principalmente, as áreas das saúde, educação, segurança pública.

Agora, é óbvio. E, assim, eu, também, me coloco como a deputada Fabíola Mansur se colocou. Ninguém, aqui, quer fechar os olhos para os problemas pelos quais estamos passando e nem devemos fazer isso, porque nós temos responsabilidade com os nossos mandatos e com o povo baiano.

Temos problemas, sim, na área da segurança pública. Temos problemas, sim, na área da saúde. Mas, com o trabalho dos deputados estaduais ao chamar a atenção, criticar, cobrar e participar para orientar o governo, nós seremos capazes de superar essas adversidades.

Portanto, digo a V.Ex^{as}, com absoluta segurança, que não é só por fazer parte da Base do Governo, mas, com muito orgulho, digo a V.Ex^{as} que nós temos o melhor governador deste País. Ele é um governador sério, comprometido e capaz. E, ao contrário do dito pelo deputado Marcell, Rui Costa é o governador que mais anda por esta Bahia, repito, é o governador que mais anda na Bahia.

Então, faço questão de fazer esta colocação até para ficar claro os nossos sentimentos de respeito a um governador que, verdadeiramente, também, respeita os baianos.

Por fim, presidente, faço um convite a todos os deputados e aos amigos da *TV Assembleia*. Aproveito a imensa audiência da TV desta Casa para fazer um convite a todos para se fazerem presentes amanhã, pois nós estaremos aqui a presidir uma sessão especial em comemoração aos 29 anos do Título Brasileiro do Esporte Clube Bahia.

O convite é para os deputados tricolores, pois faço questão de tê-los aqui junto aos torcedores rubro-negros também.

Será uma sessão especial em homenagem aos ex-jogadores e campeões brasileiros de 1988, pois a data comemorativa se completará no próximo dia 19 de fevereiro.

Também, será homenageado o centenário de nascimento do autor do hino mais lindo do futebol brasileiro que é o Hino do Esporte Clube Bahia. O homem fez um hino espetacular e o mesmo move, inclusive, o carnaval, pois quando se toca o Hino do Esporte Clube Bahia durante o carnaval é uma grande loucura realmente. Faremos uma homenagem a Adroaldo Ribeiro Costa, autor do Hino do Esporte Clube Bahia.

Por fim, será uma homenagem à grande nação tricolor, melhor, à torcida do Esporte Clube Bahia.

Quero fazer um agradecimento especial aos deputados que votaram a favor da lei que permitiu tonar a torcida como patrimônio cultural e imaterial do Estado.

E, amanhã, na sessão especial, faremos a entrega de troféus e medalhas para simbolizar o momento muito especial que a data, verdadeiramente, merece.

Portanto, presidente, muito obrigado e até mais.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra, o Líder do Governo ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 7 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Falará o deputado Joseildo Ramos por 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna, meio perplexo com alguns discursos dos deputados de oposição que parecem estar malhando em ferro frio.

Por que isso? Observem que as políticas públicas sociais tiveram uma expansão significativa nos últimos 13 anos, sem dúvida capitaneadas pelo governo do PT, que aproximou o texto da Constituição Cidadã, com a ampliação de grandes parcelas da população, aos direitos que lhes foram negados ao longo de 5 séculos. E esse patamar de conquistas gerou a perspectiva de consolidar o Estado de Direito dentro da nossa jovem democracia.

Mas chamo a atenção quando um deputado coloca que a segunda maior baía do mundo, deputado Marcelino Galo, é totalmente poluída. Por incrível que pareça, a Baía-de- Todos-os-Santos, nos diversos últimos governos que cumpriram seu papel, é uma das baías com nível de poluição mais adequado do ponto de vista da balneabilidade, considerando-a como um todo, principalmente com a contribuição do esgotamento sanitário, através da nossa capital, Salvador. Portanto, é um dado inconsequente que foi citado aqui por um deputado que não mergulhou nos dados para poder trabalhar o seu discurso.

Outra coisa também: faltará dinheiro para as políticas públicas sociais. Vai faltar dinheiro para a educação, para a segurança pública, para a saúde, para a assistência social de uma maneira geral, por conta da PEC do fim do mundo. E nós estamos falando da Bahia, que, a despeito de ser o 23º per capita do País, é um Estado

adimplente, é um Estado que não está atrasando salários, é um Estado que não tem investido em segurança pública como quase nenhum outro aqui do Norte-Nordeste. E isso é verdadeiro, os dados estão aí e são incontestáveis.

Todos os tipos de confrontos, de assaltos que estão grassando o País afora acontecem sem que se procure saber a que sigla pertence o governador de plantão. E será pior doravante, por conta dessa PEC que o povo coloca como a PEC do satanás, porque é a PEC que vai garrotear o estado de pleno direito, retirando a perspectiva de a sociedade brasileira ser objeto da ação benfazeja do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais.

Então, senhoras e senhores, quando a gente ouve dizer que a saúde da Bahia vai mal, é verdade quando a titularidade da saúde pertence aos municípios em gestão plena e a maior parte dos municípios estão com a cuia na mão. Mas há um governador que estará implantando, de maneira territorial, 27 policlínicas que vão dar um suporte para exames e para procedimentos de média e alta complexidade, como já não se via há muito tempo. Um aumento de leitos de UTI: eram 300 e poucos leitos há bem pouco tempo, e hoje mais do que triplicou. Entretanto, ainda não é suficiente para minorar o sofrimento de grande parcela da população.

Obviamente que esse é um discurso que não cola. Mas vou aproveitar os 2 minutos que me restam para dizer o seguinte: a direita e o governo golpista estão às voltas com o resultado da última pesquisa de opinião que aí está. Em todos os cenários, no primeiro e no segundo turno, O Lula reina absoluto. Isso muito antes da derrocada desse governo que ainda não experimentou crise maior por conta da inapetência, da ilegitimidade, pela dificuldade de se legitimar como líder da 8ª maior economia do mundo.

E, quando a gente observa os indicadores macroeconômicos de hoje, o País mergulhado na depressão, se a gente comparar com aquilo que foi o legado de Fernando Henrique Cardoso, a gente vai ver que os indicadores macroeconômicos de hoje, em plena depressão, do ponto de vista qualitativo, são muito melhores do que aqueles que foram deixados antes do início do governo Lula.

E o que é pior: a constatação da dualidade do Supremo Tribunal Federal. Agora, o decano daquela Corte, que é a Corte máxima do nosso País, deputada Fátima, garantiu foro privilegiado para o angorá, o Ministro Moreira Franco, e o fez de maneira acertada pela presunção da inocência. Mas, de maneira panfletária, Gilmar Mendes negou a Lula o direito que o angorá, o Moreira Franco, também tinha. E o Supremo Tribunal Federal, diz a população brasileira, a principal, a mais alta Corte desse País julga dois pesos e duas medidas.

Daqui a pouco tempo, vão inventar algo para negar a Lula a possibilidade de disputar em 2018. Quem viver verá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar

PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falará por 6 minutos o nobre deputado Alan Sanches; pelo restante do tempo, o deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Luciano, representante da nossa Mesa Diretora.

Colegas deputados e deputadas, demais presentes que também nos acompanham através da *TV Assembleia*, eu estava observando aqui os discursos e as defesas de alguns deputados no que tange ao governo. Meu amigo Marquinho, sabe da deferência que tenho por V.Ex^a, mas tenho que discordar quando diz que é o melhor governador da Bahia, do Brasil, de todos os tempos da Bahia.

V.Ex^as que andam o tempo todo nessas estradas do nosso Estado, não é possível que V.Ex^as tenham condição de defender, dizendo que é o melhor governo da Bahia. Eu não falo da região do Recôncavo, não. Escolham a região que V.Ex^as quiserem, e desafio que me mostrem uma estrada que esteja bem e que não esteja pedagiada, que esteja realmente em boas condições. O deputado Marcell falou de uma estrada que todos da região do Recôncavo conhecem, que é a estrada de Santo Antônio para Amargosa, que você passa por Varzedo, que você passa por Elísio Medrado, que é o caminho de São Miguel das Matas até Amargosa.

Há 2 anos, se não me falha a memória, eu falei que havia perdido os amortecedores do carro justamente nessa estrada. Faz mais de 2 anos isso. Se forem buscar nos Anais da Casa, vão ver isso. E eu não posso acreditar que alguém ache que pode ser o melhor governo da Bahia. Eu defendo que V.Ex^a tem todo o direito de poder levantar essa lebre, deputado, porque conheço o seu trabalho. V.Ex^a é um lutador, vereador, um homem que lutou muito para chegar aqui, mais que dobrou a sua votação, mas V.Ex^a vai concordar comigo, o governo pode...

O Sr. Marquinho Viana:- Rapidinho, só para completar o discurso aqui. Eu quero dizer que até o deputado Geilson já se rendeu. Só o encontro agora despachando com o secretário da Saúde nas inaugurações do governo do Estado; rendeu-se ao governo da Bahia, que é um dos melhores do Brasil.

O Sr. ALAN SANCHES:- Bom, deputado. Obrigado, deputado. Vou incorporar o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Ex^a está inscrito, deputado Adolfo Viana; depois, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alan Sanches, eu quero parabenizar V.Ex^a, que traz um tema que precisa ser tratado. A estrada, por exemplo, que liga a cidade de Juazeiro a Sento Sé é uma das piores do Brasil. Lá não se perdem amortecedores, lá se perdem vidas. E não é só nessa estrada, o governo do Estado da Bahia hoje é o governo campeão na boa propaganda, mas a população baiana está perdendo vidas

nas estradas e com o crime organizado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado.

Queria aproveitar para agradecer também pela minha eleição, pela votação dos colegas por unanimidade para a vice-presidência da Comissão de Saúde. Eu, que já fui presidente, fui membro, agradeço a todos os colegas que me deram a oportunidade de participar agora como vice-presidente. Há 7 anos que já trabalho naquela Comissão como membro, como presidente, e agora assumo essa cadeira da vice-presidência.

Mas, companheiros, deixei nesse dia, já foi aprovado na Comissão de Saúde um requerimento para sabermos como anda, deputada Fátima, o Hospital da Mulher. Fiz o requerimento porque, justamente, foi inaugurado com muitas pompas, entendeu? Com televisão lá dentro, rádio. Foi uma coisa do outro mundo. E eu fiz um simples questionamento: quantas cirurgias e procedimentos cirúrgicos, histerectomias, que é a retirada do útero, que é uma cirurgia simples, mas que acomete muitas mulheres, quantas cirurgias, por exemplo, de plástica vaginal, colpoperineoplastia? Queria saber o quantitativo.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Porque, pelo tamanho da propaganda, o que eu recebo no meu gabinete são queixas e mais queixas sobre a dificuldade para realizar cirurgias no Hospital da Mulher.

Veio um questionamento dizendo que era o município de Salvador que não estava encaminhando as pacientes. Mentira deslavada. Conheço pessoas, pacientes que estão inscritas no Hospital da Mulher e que não são chamadas. E aí...

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me concede um aparte, deputado Alan?

O Sr. ALAN SANCHES:- ...é uma coisa apolítica, não é paciente de “a”, de “b” ou de “c”, não. Não está funcionando o Hospital da Mulher. Não adianta se colocar paredes, equipamentos da melhor qualidade se não se consegue fazer uma gestão para realizar as cirurgias do povo baiano, que tanto sofre.

Eu espero, realmente, que o secretário Fábio Vilas-Boas possa, de forma célere, informar a esta Casa quantas cirurgias de histerectomia, por exemplo, que é o que mais se tenta fazer, de laqueadura, de plástica vaginal têm sido realizadas da data que foi aberto até hoje.

Terei outros questionamentos para fazer, Sr. Presidente, mas o meu tempo se esgotou.

Obrigado, colegas.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Luciano Simões Filho, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, colegas da imprensa, aqueles que nos assistem pelo

canal *TV Assembleia*, quero fazer uma correção. Há pouco o deputado Marquinho Viana, da nossa querida Barra da Estiva, disse que eu havia me rendido ao governo só porque tenho amizade com o secretário. E não deixarei de ter. Não confunda relação pessoal com relação política.

Quero até dizer que grandes amigos meus, muitos deles, estão na Situação, e muitos deles travam debates comigo no dia a dia. Mas nem por isso me rendi para ser governista porque tenho amizade. Não escondi e nem esconderei que o secretário da Saúde foi meu cardiologista, o conheci muito antes de ser secretário da Saúde. Apoio aqui as causas que sejam de interesse da população.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Darei o aparte, deputado Targino.

Não confunda relação de amizade com relação política.

Quero dizer que tenho com o governador Rui Costa um excelente relacionamento, mas isso não me impedirá de subir a esta tribuna e fazer críticas a sua administração, principalmente nos quesitos que entenda que não corresponderem à expectativa do povo da Bahia.

As estradas estão acabadas, tanto que o governador disse aqui que está tomando um empréstimo e que, agora, vai começar a recuperar as estradas. Até fiz uma brincadeira com o governador: “Vou ter que me aprofundar mais nas questões das estradas, porque por mais que o senhor trabalhe vai continuar devendo, pois existe um grande volume de estradas que estão acabadas na Bahia e no tempo de gestão que resta o senhor não vai conseguir recuperá-las.”

Ouvirei o deputado Targino Machado, mas tinha que responder ao deputado Marquinho Viana, que fumou um charuto mal fumado lá, em Barra da Estiva.

O Sr. Targino Machado:- Caro deputado Carlos Geilson, estou triste por assistir, pela primeira vez nesta Casa, um deputado ser obrigado a ir à tribuna para discutir relação. E discutir relação é sempre muito ruim. O deputado Marquinho Viana está com ciúme do secretário da Saúde, e ciúme de homem é uma desgraça, é muito pior do que ciúme de mulher. Aconselho a V.Ex^a, para não ter que voltar a essa tribuna outras vezes, que esqueça a Secretaria da Saúde, porque toda vez que ele sonhar que V.Ex^a passou por lá virá aqui se desmanchar em ciúmes.

Deputado Marquinho Viana, não há charuto que resolva a vida de um homem ciumento. E se o ciúme for de outro homem, é uma desgraça.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. Marquinho Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Marquinho, calma! V.Ex^a falou, agora tem que ouvir.

Daqui eu vi a ordem. Primeiro pediu o aparte Targino, depois o deputado Adolfo Viana, e em seguida V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, agora, realmente, fiquei em

pânico. Estou preocupado, porque pedi uma audiência ao secretário Fábio Vilas-Boas e ele marcou para amanhã, às 10h30min. Não sei se devo ir ou se devo desmarcar, porque estou preocupado com o ciúme do deputado Marquinho Viana.

Será que nós, deputados da Oposição, não temos sequer o direito de sermos atendidos por um secretário? É, realmente, uma reflexão que esta Casa precisa fazer. Afinal de contas, os secretários de Estado devem estar em suas secretarias para atender aos interesses do Estado da Bahia e, não, de uma bancada de deputados.

Então, realmente fico preocupado, mas tenho certeza que o deputado Marquinhos Viana vai fazer uma reflexão e ver que essa linha de raciocínio não é apropriada.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Angelo Almeida:- Um aparte deputado.

O Sr. José de Arimatéia:- Um aparte deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Só disponho de 1 minuto. Estão inscritos Angelo Almeida, o próprio Marquinhos e Arimateia. Vou preferir terminar o meu discurso dizendo o seguinte: é bom Marquinhos não tomar conhecimento que algum deputado visitou a Secretaria da Saúde.

Sr. Presidente, quero fazer, aqui, justiça ao deputado Rosemberg Pinto, do PT, que já de algum tempo subiu a esta tribuna e defendeu a fim da reeleição, e apresentou um projeto que não prosperou, foi engavetado. E, agora, o deputado Adolfo Menezes apresenta esse projeto com as assinaturas da maioria esmagadora, de quase a totalidade dos deputados.

Somos pelo fim da reeleição, somos favoráveis à alternância de poder. O deputado Marcelo Nilo passou 10 anos. E ninguém, jamais, na história desta Casa, nunca mais, passará tanto tempo no poder.

Não é que não tenha sido bom para a Casa. Tanto o foi que os deputados sucessivamente optaram por reelegê-lo. Mas isso foi um tempo, uma fase. Agora, serão 2 anos de Coronel, 2 anos de quem estiver nesta Casa e, assim, sucessivamente. O poder fica oxigenado. A cada 2 anos uma nova Mesa Diretora, um novo presidente, e a Assembleia da Bahia, e viva a Assembleia, cada vez mais perto do povo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos e meio, o deputado Marcelino Galo; e no restante do tempo, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, é bom ouvir aqui, através de depoimentos de vários

deputados da Oposição, que eles são recebidos por secretários, que falam com o governador. E o deputado Targino Machado sabe que tempos atrás isso era impossível, até mesmo para prefeito de oposição. Há prefeitos que exerceram mandatos por 8 anos e nunca foram recebidos por qualquer governador.

Então, isso é um atestado do novo tempo que vive a Bahia, e que foi inaugurado, justamente, pelo governador Jaques Wagner, que modificou a cultura política deste Estado.

Outra coisa, aqui se falou de crise, de presídios, que o governador não anda e não resolve os problemas do Estado. O Brasil vive a sua maior recessão da era moderna, é uma depressão econômica, é uma queda na arrecadação, é uma crise do capitalismo de alto impacto sobre este povo, esta Nação.

A Bahia é o segundo Estado em investimentos, e isso não é propaganda de governo, são os agentes econômicos especializados que dizem isso. Só perde para o Estado de São Paulo, que tem um orçamento 6 vezes maior do que a Bahia. E vamos qualificar a pauta desses investimentos. Ali estão colocados mobilidade urbana, segurança pública, saúde, educação.

Aqui se fala que o governador investe em Salvador porque está competindo com o prefeito. Ora, o governador foi eleito pela Bahia, por todos os baianos, tem responsabilidade em atualizar esta capital, que estava defasada. Aqui não havia nem metrô, coisa que algumas cidades no mundo têm há mais de 100 anos. Por que que Salvador não tem o direito de, como toda cidade grande no mundo,...

O Sr. Marcell Moraes:- Um aparte deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- (...) ter o seu metrô? Feliz de nós que, agora, temos o metrô, que ligará o aeroporto até o Centro. E isso vai qualificar a cidade de Salvador, para estar incluída nas poucas cidades do mundo que têm isso.

Passou-se 13 anos com um metrô calça curta, de 6 quilômetros. Nós temos que festejar...

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Isso é uma obrigação do governador, e ele faz muito bem.

A questão das encostas, é um sentimento de filho da Liberdade, que sabe o que é o sofrimento, o risco do povo...

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- (...) que foi empurrado pelo sistema econômico a morar na periferia e em zonas de risco.

O governador vai e atende a esse povo, fazendo investimentos como nunca se fez nesta cidade. Não em perfumarias, mas nas encostas, para servir ao povo pobre desta cidade.

Essa é uma responsabilidade do governador republicano, que atende a todos, inclusive a nós, que somos do partido, e somos atendidos como outro deputado qualquer. Essa é a beleza, deputado Targino, da democracia, do republicanismo, do

novo tempo que vive este Estado.

Deputado Marcell, por favor, V.Ex^a seja breve, pois há muita gente para falar.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Marcelino Galo, atuante, combativo, um ambientalista, V.Ex^a falou sobre o metrô de Salvador, que ficou 14 anos parado. Mas só esqueceu de um complemento: que o PT fez parte do governo de João Henrique a maior parte do tempo. E o Partido Verde também.

Então, se for para falar, vamos abranger todo mundo. Porque sai de porretinha aqui, agora, mas sabe que, na verdade, o metrô de Salvador foi uma conquista de todos os baianos, e o governador conseguiu dar o andamento...

Quando fui vereador daqui, aprovamos a isenção e Salvador hoje...

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço ao deputado, mas não incorporo o seu aparte, porque não tem nada a ver com o contexto da minha intervenção. Eu não falei, aqui, de composições partidárias de governo. Estou falando de intervenções estruturais de que esta cidade precisa para se atualizar.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- E Salvador, depois do governo Rui Costa, será outra cidade para os baianos, para os que aqui vivem e para o mundo.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, presentes na Galeria e os que nos assistem pela *TV Assembléia*, na verdade, o tom, eu diria, um tanto quanto amistoso a que o nobre deputado Marquinho se referiu, e que também o deputado Carlos Geilson registrou, eu acho que é motivo de elogio, porque é o secretário Dr. Fábio Vilas-Boas. E é muito importante distinguir o mundo dos debates da política das relações pessoais.

E também há a obrigação, corretamente aqui levantada, de que qualquer secretário trate bem qualquer deputado e qualquer cidadão. Efetivamente, é essa cultura do respeito, da educação, do trato com a coisa pública que precisamos enraizar no Estado da Bahia.

Foi muito bem lembrado pelo deputado Marcelino Galo que começou a partir de Wagner. Não sejamos ingratos e não desprezemos outros momentos porque, mesmo no período autoritário, em alguns momentos, outros governadores também foram capazes de dialogar na medida em que os movimentos sociais pressionaram.

Dou o testemunho, aqui, que, como líder sindical, estive várias vezes dialogando no governo de João Durval e Valdir Pires, naquela transição. E até mesmo no governo ACM houve uma greve geral dos professores, na qual impusemos e conquistamos uma mesa de negociação, debatemos e fizemos o estatuto da APLB e das universidades.

Não era o comum, não era a cultura, Marcelino tem razão. Agora, é prática, é

obrigatório o governo democrático ouvir, atender e debater com todos os deputados. Isso é coisa nova na Bahia.

O segundo elemento que eu gostaria de trazer a este debate, e que é novidade hoje, é a pesquisa que coloca Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil se as eleições fossem hoje. Este é o fato político do dia! E que tem no governo Rui Costa um importante acelerador, porque Rui foi avaliado como o terceiro melhor governo da Bahia, com toda essa crise.

Rui está presente em todo o interior do Estado da Bahia, e investindo pesadamente em Salvador, porque é a cidade com maior índice de pobreza, com a maior exclusão social do Brasil, e que precisava dessas obras, desde as encostas até o metrô.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Concedo o aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero aproveitar, V.Ex^a que fala com tanta ênfase dos cumprimentos do governador para com os deputados, para reafirmar ao governador a necessidade de se cumprir aquilo que esta Casa aprovou e que está na Constituição do Estado, que são as emendas impositivas.

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Corretamente e imediatamente deverá ser atendida essa justa reivindicação da Bancada da Oposição, e também da Situação, porque, às vezes, é questão orçamentária, mas gradativamente as emendas têm saído.

Esse é o grande fato do dia, gente. Apesar de todo o massacre da mídia, apesar da Lava Jato, de tudo isso que foi dito, Lula é, de fato, a esperança do povo.

Segundo os psiquiatras sociais que examinam a mentalidade coletiva, a raiva é a grande motriz da justiça. Os indivíduos, os seres humanos são tomados pelo seu instinto muitas vezes, mas vem a racionalização no segundo momento e eles buscam o sentido da justiça.

Não há algo maior, mais provocador do sentimento de revolta do que a injustiça. O que estamos vendo neste momento do Brasil, no plano coletivo, é uma agenda que joga para os trabalhadores, para a população, para os que foram promovidos no governo Lula, os negros, índios, jovens, quilombolas e agricultores familiares, a periferia, a oportunidade.

Naquele momento, a raiva da classe média alta nos deu esse resultado eleitoral. Mas a raiva dos pobres, das pessoas que estão sendo massacradas virará a conjuntura.

Também a pesquisa qualitativa do jornal *Valor* deixa claro, está lá, que faremos um grande debate sobre o Brasil neste ano e alavancaremos a energia para voltarmos ao governo do Brasil em 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Concedo a palavra ao nobre

Líder do Governo e da Maioria o ou do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, a deputada Fabíola falará por 5 minutos e o deputado Rosemberg Pinto falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente Luciano Simões Filho, subo à tribuna, mais uma vez, hoje, para parabenizar por sua posse a nova Comissão de Saúde, tendo o deputado Alex da Piatã como presidente e o deputado Alan Sanches, vice-presidente. Quero dizer ao nobre colega, deputado Alan, que estive no Hospital da Mulher. É um megacomplexo hospitalar no Norte e Nordeste. Ele fez algumas perguntas aqui sobre a capacidade do hospital. O hospital tem capacidade para 9 mil atendimentos clínicos, para mil cirurgias, entre as mais diversas patologias que envolvem a saúde das mulheres. Posso citar algumas, até aquelas que matam mulheres, como é o câncer de mama, câncer de colo de útero; aquelas que são mais emergenciais, porém com menor risco à vida das pacientes, como é o caso, deputado Marquinhos, das miomatoses, os miomas que sangram.

Obviamente, é um hospital que foi inaugurado há pouco mais de um mês. Esse hospital não é para marcação eletiva, é 100% regulado. Isso quer dizer que funciona o sistema “fila zero”, através do qual os municípios – e aí incluídos os municípios da Região Metropolitana de Salvador – podem cadastrar suas pacientes para realizarem os referidos procedimentos, clínicos ou não, nas diversas especialidades, pois há serviços, desde infertilização até cirúrgicos, até consultas especializadas.

As secretarias de saúde de muitas prefeituras ainda não se credenciaram junto à Sesab para fazer essa regulação direta. O que eu quero dizer: se uma paciente estiver passando pela porta do Hospital da Mulher e quiser entrar para ser atendida, isso não será possível, porque é um hospital regulado. Ela terá que vir pela secretaria municipal. Exceções à regra, deputado Targino, são os casos de violência sexual. Quando a mulher é vítima de violência sexual, para haver agilidade, celeridade no seu atendimento, e até para obtenção de provas que vão condenar o agressor, pode entrar no hospital e imediatamente ser atendida.

Precisamos que os municípios fiquem sabendo desses critérios. Concordo com o deputado Alan, temos de ver por que algumas pacientes, já reguladas pelas suas secretarias, não estão recebendo atendimento. Temos de ir lá. Isso é papel da Comissão de Saúde. Quero já, de antemão, também como presidente da Comissão Direitos da Mulher, que era quando o hospital foi inaugurado, convidar o deputado Alex da Piatã e o nobre vice-presidente para fazermos uma visita ao Hospital da Mulher na terça-feira.

Creio que ainda podemos utilizar a mídia aqui presente para divulgar exatamente isto: o Hospital da Mulher tem capacidade para 9 mil consultas, mil cirurgias; o atendimento tem de ser regulado através da parceria entre as secretarias municipais e o sistema “fila zero” da Sesab. Exceção à regra: caso de violência sexual. É um hospital que cuida das patologias das mulheres. Exceção à regra:

maternidade; das patologias ginecológicas do câncer, das miomatoses, e consegue, efetivamente, fazer com que as filas – que muitas vezes estão nos municípios, não somente de Salvador – possam ser diminuídas. É isso que desejamos.

Deputado Alan, como V.Ex^a, eu também desejo a maior transparência sobre as filas. Quando vereadora de Salvador, fiz um projeto de lei, que foi aprovado pela Casa, que exigia do poder público, guardado o sigilo médico, a listagem de todos os pacientes que estavam demandando serviços eletivos, cirurgias e exames. Infelizmente, foi vetado pelo prefeito ACM Neto.

Quero dizer que estamos juntos, deputado, lhe tenho o maior respeito. Tenho certeza de que, juntos, estaremos visitando, para o senhor ver *in loco*, o grande complexo e a grande ferramenta para cuidar da saúde da mulher, que é esse hospital.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Pelo restante do tempo, 6 minutos, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes, servidores, imprensa, meu querido presidente Luciano Simões, hoje é um dia importante para as minhas convicções aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

Todos sabem que, junto com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, defendemos, por conceito, o fim da reeleição na Casa Legislativa, e o projeto de emenda à Constituição da nossa autoria, que tramita na Casa, pressupõe, inclusive, o fim da reeleição, colocando o impedimento da reeleição no mandato subsequente. Ou seja, só pode um processo de eleição na Casa, sem poder a reeleição, independentemente de legislatura.

Defendi isso, que foi colocado em apreciação no ano passado, o deputado Paulo Rangel pediu para retirar de pauta, entendendo que poderia não haver o processo de votação com sucesso, pois precisamos de quórum qualificado. E hoje o deputado Adolfo Menezes fez uma peregrinação pedindo apoio a todos os deputados para uma nova redação, só podendo haver reeleição em períodos diferentes de mandato, ou seja, não é permitida a reeleição no mesmo mandato.

Quero afirmar que, por acordo, entendo que nós precisamos votar esse processo do fim da reeleição na Casa, e comungo com a tese apresentada. Gostaria muito de que pudéssemos votar de forma que não houvesse reeleição no mandato subsequente, e que abrissemos uma disposição transitória para que o presidente que hoje está no mandato possa ter a reeleição no próximo, mesmo sendo fora da mesma legislatura.

Afirmo de público que pactuamos um acordo nessa redação, vamos fazer de forma conjunta, para que todos os deputados substabeleçam esse projeto, entendendo que esse é um projeto da Casa Legislativa, apesar de ter a minha assinatura no projeto que transita. Retiro o projeto, como o deputado Adolfo me disse que retiraria, para apresentarmos uma redação assinada por todos os deputados, para que seja uma votação da Casa Legislativa.

Com isso, ganha o Parlamento baiano, ganha a sociedade, porque vê esse projeto aprovado de forma consensual na Casa.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com um aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Rosemberg Pinto, há pouco, no meu discurso, fiz questão de dar o crédito a V.Ex^a, pois foi quem saiu primeiro na defesa do fim da reeleição.

Acho que deve ser até mais abrangente, ou seja, para todos os membros da Mesa. Você pode mudar de função dentro da Mesa, mas não pode ser candidato ao mesmo cargo exercido na Mesa anterior.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Mas é assim que o projeto tramita, deputado, para a Mesa Diretora da Casa.

O Sr. Carlos Geilson:- Quero dar o crédito a V.Ex^a, que apresentou esse projeto. Não sei por que cargas d'água esse projeto ficou engavetado, não andou, só agora, neste momento em que todos comemoram o fim da reeleição e a oxigenação na Casa, porque isso possibilitará que outros deputados possam exercer com mais frequência esse mandato.

Eu disse há pouco, também, que o presidente Marcelo Nilo está na história, e nenhum outro jamais, a partir de agora, conseguirá esse feito. Essa medida que vamos aprovar vem de bom alvitre para este momento.

Temos de dar crédito a V.Ex^a, porque foi a voz que largou na frente na defesa do fim da reeleição.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Agradeço as palavras e incorporo o aparte de V.Ex^a. Quero dizer, deputado Carlos Geilson, que apresentei esse projeto aqui, mas quero dividir esse feito com toda a Casa Legislativa, com todos os pares, entendendo que esse é um projeto que, normalmente, deve ser assinado por todos. Todos devem sair vitoriosos nessa caminhada, porque acho que acabamos consolidando o processo democrático na Casa Legislativa baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):-Muito bem. Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM-PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falarei pelo tempo de 4 minutos, o deputado Pablo Barrozo falará por 4 minutos e o deputado Alan Sanches falará pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu caro presidente e amigo, deputado Luciano Simões Filho, deputados presentes, imprensa, Galerias Paulo Jackson, estamos nos

aproximando do final da alta estação, com a chegada do Carnaval na próxima semana. Nesta alta estação, Salvador recebeu milhares e milhares de turistas. Isso é fruto da festa consolidada de *réveillon*, do nosso *réveillon*, que foi consolidado na gestão do prefeito ACM Neto; é fruto das festas de largo, como a Lavagem do Bonfim, a Festa de Iemanjá, os ensaios de blocos, os ensaios dos cantores de Carnaval e as festas privadas.

Quero parabenizar todos os empresários que, mesmo com a dificuldade econômica que o nosso País atravessa, investiram nas festas privadas, e com isso trouxeram milhares e milhares de turistas para a nossa cidade. Agora, com a chegada do final da alta estação, queria levantar uma preocupação: quando chegar a baixa estação, Salvador precisará ficar mobilizada, precisará que o turismo continue crescente, continue gerando emprego e renda. Salvador precisará de um equipamento para trazer grandes eventos para esta terra; Salvador precisará de um equipamento para trazer os grandes congressos, as grandes convenções.

Ouvi aqui, hoje, os deputados do governo falarem que o governo fez muito pela capital. Eu queria perguntar aos deputados do governo: cadê o centro de convenções da cidade do Salvador? Cadê o centro de convenções da nossa capital? O Centro de Convenções foi totalmente abandonado pelo governo do PT. Está lá! Quase caiu o Centro de Convenções, está paralisado, e eles não apresentam nenhuma solução.

Deputado Fábio Souto, eu perguntava a V.Ex^a se, na mensagem do governador, ele deu alguma dica do que fará com o Centro de Convenções, mas ninguém sabe. Ninguém sabe se vai ser uma PPP, ninguém sabe se o governo construirá esse centro de convenções ou, se vai construir, em que bairro, em que lugar. Salvador precisa, neste período de baixa, continuar, sim, com o turismo, gerando emprego e renda. O governo do PT não faz a sua parte, porque abandonou esse grande equipamento que é o Centro de Convenções.

Quero deixar minha pergunta a todos os deputados do governo que vieram falar dos investimentos do governo em Salvador. Pergunto a eles sobre o investimento no turismo. Quero falar, de forma clara, do Centro de Convenções. Queria perguntar qual é a solução que o governo dará para esse imbróglio que virou o Centro de Convenções, trazendo sérios prejuízos para a nossa economia?

Diversos hotéis que foram instalados no entorno do Centro de Convenções fecharam ou estão passando por grave situação financeira. Quem sabe irão falir mais uma vez.

Fica mais uma vez a minha pergunta à Bancada do Governo, que falou tanto de investimentos na capital: qual é a solução para o Centro de Convenções da nossa capital?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados,

todos do Plenário e da *TV Assembleia*, todos os amigos da Assembleia. Ouvi atentamente as palavras dos deputados defendendo o governo do Estado, e me veio à mente aquela velha história do governo da propaganda.

Parece até que elegemos um governador, mas nós elegemos o prefeito de Salvador. A população não está querendo saber quem fez mais e quem fez menos, quer saber quem fez.

Felizmente, temos um prefeito que modificou a gestão. E aí, na falta do que dizer, os adversários dizem que ele faz perfumaria. Mas, deputado Alan, V.Ex^a, que foi vereador e é deputado representante do município de Salvador, assim como eu, com muito orgulho, sabe muito bem que esses mesmos opositores que falam em perfumaria não conhecem o Trobogy, o Calabetão, o Pau Miúdo, Cajazeiras, Valéria, o Subúrbio.

Falam do prefeito da Barra, mas não conhecem a obra que foi feita na Ribeira, a orla da Ribeira, a orla do Tubarão, da Ladeira do Cacau. Grande obras que o prefeito fez, e que modificaram – deputado Heber, V.Ex^a que também é representante deste município –, sobremaneira a cara do município, tanto que deu voz e a colocou o sorriso de volta no rosto do soteropolitano.

Temos uma Prefeitura enxuta, uma Prefeitura que cumpre com suas responsabilidades e que gasta mais em saúde do que é obrigada. Falo isto porque vejo um governo do Estado que investe em propaganda e esquece a saúde de lado. Todos nós somos cobrados por nossos eleitores diuturnamente para arranjar exames, internamento nos hospitais. Quem foi, até hoje, o cidadão baiano que teve um problema e não precisou pedir a um deputado ou um vereador para conseguir uma vaga de UTI, uma transferência. V.Ex^{as} não podem fugir dessa realidade.

O governo do Estado tem total responsabilidade sobre isso. O governador tem que assumir essa responsabilidade. Assim como na segurança pública, em que vemos a média de 21 homicídios por final de semana na Região Metropolitana, deputado Marquinho Viana. E a população está sofrendo. Estamos sem poder andar na rua. As pessoas de bem estão presas em suas casas.

Vemos o prefeito cumprindo com seus compromissos. Fala-se muito do metrô, mas não vi, em momento algum, um deputado vir defender o Centro de Convenções aqui. Nós sabemos da sua importância para o turismo da Bahia, para o turismo de Salvador, os empregos que gera.

A Associação dos Bares e Restaurantes de Salvador está aí, sempre reclamando, porque a cada dia são fechados 2, 3 bares e restaurantes, desempregando os funcionários. Isso acontece porque o turismo em Salvador e na Bahia está caindo vertiginosamente pela falta de responsabilidade do governo do Estado em investir.

O Centro de Convenções está aí. Penhorado ou não, fica nesse Centro de Convenções a marca de um governo que não acha solução para o que é importante para os baianos: segurança, saúde, turismo. Infelizmente, esse governo vive de propaganda.

Enquanto isso, nós temos o melhor prefeito das capitais do Brasil, dando um

show e nos orgulhando cada vez mais. Orgulhando tanto que incomoda muito um governador que esquece de governar, deixa a população de lado e fica a rivalizar com o prefeito de uma capital. Vamos juntos construir uma Bahia melhor, onde nós possamos cuidar da vida e da saúde dos nossos baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito bem, deputado.

Pelo tempo de 4 minutos, com a palavra o deputado Alan Sanches, para completar o tempo.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu quero mais uma vez saudar V.Ex^{as} e dizer que acho desnecessário que façamos visitas aos hospitais. O deputado Fábio Souto, que me antecedeu, relatou como está o Hospital Ernesto Simões, no qual os médicos de serviço de angiologia, ortopedia, anesthesiologia, enfim, todos os que utilizam aquele centro cirúrgico informaram que a partir do dia 12, agora, não teriam condição de realizar nenhum procedimento cirúrgico nesse hospital do governo da Bahia, porque aquele centro cirúrgico não dava segurança ao paciente nem ao médico.

Como é que alguém pode vir a esta tribuna defender a saúde do Estado da Bahia? Eu fiquei sabendo, ontem, que foi aprovado na Comissão de Saúde um requerimento, um convite ao secretário Fábio – com certeza, foi ele se convidando – para ele vir falar sobre febre amarela. Digo que serei educado com o secretário, como é de minha educação, mas ele venha quente que eu estarei fervendo.

Todos os requerimentos que eu já fiz à Sesab, ele se escondeu e não respondeu. Apresentarei novamente todos. Ele tem de informar o que fará com o Hospital Ernesto Simões, que está com essa fila para cirurgias. Na verdade, ele não quer a transparência na Sesab. Sabe por quê? Porque não faz uma boa gestão na Saúde. Com isso, eu desafio o secretário da Saúde, que tem mais de 2 anos à frente da Saúde do Estado, a dizer quantas cirurgias – vou falar agora de ortopedia, pois já falei de mulher – de menisco foram realizadas desde que ele entrou no Estado da Bahia.

São dezenas, centenas, milhares de cidadãos baianos mutilados porque não conseguem a sua cirurgia de ligamento, de menisco, do joelho. Eu quero que ele diga aqui, na terça-feira, após o Carnaval, quantas cirurgias de joelho foram realizadas. Ou ele vai mais uma vez se esconder no silêncio.

Queria dar um aparte ao nobre deputado Fábio, que pediu primeiro, e depois ao deputado Targino Machado.

O Sr. Fábio Souto:- Eu agradeço, deputado Alan. V.Ex^a, como sempre, é um deputado muito atento às questões da saúde, um lutador pela saúde de Salvador e da Bahia. Realmente, eu fiz esse questionamento ao secretário, e ele nunca respondeu. Secretário, por que todos esses setores do Hospital Ernesto Simões Filho já fizeram uma carta ao diretor daquela unidade demonstrando que não têm nenhuma condição de trabalho? V.Ex^a tem de responder, secretário Fábio Vilas-Boas. Estamos aqui cumprindo a nossa obrigação de fiscalizar. E não adianta V.Ex^a vir com desrespeito

aos deputados, porque não vamos aceitar isso. V.Exª tem de dar solução aos questionamentos aqui colocados pelos deputados.

Então, deputado, V.Exª está de parabéns. Esperamos que o secretário dê uma resposta a esse questionamento sobre o Hospital Ernesto Simões Filho – que está numa situação de extrema gravidade –, mas até agora ele não se pronunciou.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Fábio, incorporo o aparte de V.Exª.

Só para complementar, eu diria que o Hospital Ernesto Simões, que fica no Pau Miúdo, não pode realizar uma cirurgia porque o governo do Estado e o secretário da Saúde não dão atenção àquele hospital. É comunicação interna... Não estou falando aqui o que eu acho, estou falando de fatos. Fatos concretos que demonstram que o centro cirúrgico do Hospital Ernesto Simões não funciona. Não é balela de Oposição, não é questionamento, é fato. O centro cirúrgico não dá condições para que sejam realizadas as cirurgias com segurança ao nosso povo.

Com a palavra o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Muito obrigado, deputado Alan.

Estou ouvindo V.Exª atentamente e gostaria de deixar, já que o tempo é limitado, uma pergunta ao governador. Se V.Exª não for capaz de me trazer essas respostas, eu gostaria de deixar para a deputada Fabíola Mansur: o Hospital da Mulher, de criado até hoje, fez quantas colpo-períneo...

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu fiz esse questionamento...

O Sr. Targino Machado:- (...) quantas miomectomias, quantas histerectomias, quantas exérese de nódulos de mama, quantas...

A Srª Fabíola Mansur:- Questão de ordem, porque fui citada.

O Sr. Targino Machado:- (...) tireoidectomias, quantas colecistectomias, que são as cirurgias mais prevalentes na mulher? Eu gostaria de saber, de receber essa informação.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Targino, incorporo o aparte de V.Exª.

No meu pronunciamento anterior, eu disse que apresentei um requerimento à Comissão de Saúde justamente com esses questionamentos. Foi aceito e aprovado lá...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado, para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES:- Até hoje aguardo. Já apresentei 5 requerimentos, há mais de 2 anos, e o secretário da Saúde não responde. Por exemplo, sobre as próteses da Bahiafarma, onde estão, para onde vão, como foram feitas?

O Sr. Targino Machado:- V.Exª precisa recorrer ao “universitário” da nossa Bancada, o deputado Carlos Geilson. Se o deputado Carlos Geilson pedir, segundo o deputado Marquinho Viana, ele vai atender.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado. Agradeço ao presidente pela tolerância. Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando continuidade à sessão, com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falarão os deputados Angelo Almeida e Marcelino Galo, respectivamente, por 5 e 7 minutos.

Com a palavra o deputado Angelo Almeida pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu gostaria muito de ter os 12 minutos para comemorar o resultado de uma pesquisa, até porque estou falando no horário do PT, que saiu hoje, em que o presidente Lula aparece como o preferido nas pesquisas. E não tenho nenhuma dúvida: ou vão prender Lula, ou vão matar Lula, ou Lula será presidente.

Nós temos acompanhado esta quadra da política brasileira. E quero aqui me reportar, meu caro deputado Zé Raimundo, à leitura de um livro que considero que deve ser lido por todo estudante brasileiro no seu Ensino Médio: a trilogia *1808, 1822 e 1889*, escrita pelo jornalista Lira Neto. Lá, bem no início dessa trilogia, tem uma passagem, deputada Fátima, posso estar enganado com alguns nomes, que é mais ou menos assim: o general Espírito Santo Cardoso escreve a outro militar, também Espírito Santo Cardoso. Este, um coronel – Lira Neto resgatou essa carta histórica para o povo brasileiro –, diz: “De nada adiantou esta República...”

(Conversas no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Deputado, um momento só. Congelem o tempo do deputado Angelo. Peço, por favor, silêncio ao Plenário. O barulho está atrapalhando, temos um orador na tribuna. Obrigado.

Volta o tempo do deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Vamos lá, quero o meu tempo de volta, presidente, por gentileza, porque tenho de retomar o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Mais 1 minuto para o deputado Angelo Almeida, por favor.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Pois bem, a narrativa era a seguinte: o general Espírito Santo Cardoso, o prenome, se não me engano, era Luís, escreve a outro militar, também Espírito Santo Cardoso. Este, um coronel, diz em um trecho de um trecho da sua carta: “De nada adiantou esta República que vocês inventaram; aqui no Goiás, como antes, continuam mandando os Caiado”.

Então, Sr. Presidente, mais de um século depois estamos vivendo agora uma estratégia nacional que está nos levando a este momento de infortúnio com a deposição, praticamente, de uma presidenta eleita pelo voto popular.

E aqui nesta Casa, mudando de assunto, há um debate trazido pelo meu querido amigo deputado Targino Machado, com o qual ele faz uma comparação de uma performance, talvez contagiado pela alegria... Estive com o governador Rui Costa na segunda pela manhã, quando ele foi assinar uma ordem de serviço para encostas no bairro de Pirajá, e lá vi o povo cantando e o recebendo com muito carinho; e ele praticamente dançou. Dançou porque o povo gritava: “Oh! Oh! Rui Costa chegou!”

Rui Costa chegou!”

Eu não pude ir porque estava aqui no Plenário, mas acompanhei a presença do governador Rui Costa ontem na Concha Acústica, fazendo o anúncio dos investimentos do governo do Estado. É óbvio, deputado Targino Machado, que ali estava o cidadão nascido na Liberdade que, seguramente, deu os seus primeiros passos ouvindo os tambores, vendo o povo brincar o Carnaval. E nós sabemos muito bem a diferença do berço de Rui Costa – não sabemos nem se teve berço – para o berço do prefeito da cidade do Salvador, com quem V.Ex^a, deputado, quis fazer uma comparação, dizendo que um gosta de dançar.

Ora, como se o governador Rui Costa não gostasse de dançar! Sabemos onde Rui Costa nasceu e onde ACM Neto nasceu, é óbvio que também sabemos que Rui Costa gosta de dançar. Talvez não ande fazendo festas sempre, mas no momento em que recebe pesquisas que o apontaram – após o País passar por momentos tão difíceis –, no final do ano passado, como o governador que mais cumpriu, em nível nacional, o seu programa de governo... Ou seja, bateu recorde em nível nacional no cumprimento do que foi dito, do que foi escrito no Cartório Eleitoral, no TRE da Bahia, como meta de governo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas estaduais, quero dizer que foi um momento de festa. Não pude ir ontem, mas quero parabenizar o governador pela festa que fez. Se dançou, dançou porque merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra, para concluir o tempo, o deputado Marcelino Galo por 7 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente Luciano Simões, nobres deputados e deputadas desta Casa, imprensa, quero aqui mais uma vez voltar à questão da Ilha do Medo.

Deputado Fábio Souto, este é o texto com o qual a Câmara Municipal de Itaparica aprova uma lei.

(Lê) *“Dispõe sobre o interesse do Município de Itaparica quanto à utilização econômica e socioambiental do território que compõe a Ilha do Medo, por meio de instituição pública...”* – aí vem a lebre – *“(...) ou privada que possua legitimidade de posse ou propriedade para funcionar no espaço físico correspondente e dá outras providências.”*

Vejam o que foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Itaparica. É um perigo muito grande para a preservação da Ilha do Medo, deputado Fábio Souto. Qual a exploração econômica possível numa ilha de 12 mil m² que não tem água potável? Ali é um santuário ecológico. O serviço que presta aquela ilha é ecossistêmico, é à natureza, à paisagem. E isso vale mais do que qualquer investimento econômico. Repito, é impossível haver um investimento econômico ali que tenha viabilidade e retorno econômico.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

Então é uma lei na qual estão embutidos outros interesses. Não temos como privatizar um bem natural.

Com o aparte o deputado Rosemberg Pinto. Logo em seguida, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Marcelino Galo, primeiro, essa medida é inconstitucional porque quem regula essa questão, do ponto de vista da regularização e das opções de utilização dessas áreas, é a Câmara Federal.

Segundo, o regramento para definição da utilização das áreas vinculadas à Baía de Todos os Santos, onde está localizada a Ilha do Medo, já foi definido por esta Casa, com a anuência do governo federal, passando por uma decisão do Ibama. Ou seja, essa medida não tem nenhum efeito prático, é inconstitucional. Por conta disso, temos de deixar registrada a nossa inconformação com essa decisão da Câmara Municipal de Itaparica, pois gera inconstitucionalidade.

O Sr. MARCELINO GALO:- Peço a incorporação do aparte do deputado Rosemberg Pinto e agradeço.

Com o aparte o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço o aparte, deputado Marcelino, V.Ex^a que é um deputado atuante, sempre atento às questões ambientais do nosso Estado. Tenha certeza de que vamos discutir esse assunto com muita profundidade. O meu entender inicial é muito parecido com o do deputado Rosemberg, ou seja, acho que não é para o município legislar sobre essa questão.

Mais uma vez V.Ex^a está de parabéns por lutar por áreas que pertencem à Bahia, ao governo do Estado, ao governo federal. Por isso, o município não pode, numa simples canetada, tomar uma medida tão importante como essa sem ouvir as esferas estaduais e federais.

Então, tenha certeza de que vamos investigar profundamente essa questão na comissão.

Muito obrigado.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e peço a incorporação do aparte do deputado Fábio Souto.

Com o aparte o deputado Zó, rapidamente.

O Sr. Zó:- A questão importante levantada por V.Ex^a, deputado Marcelino Galo... Eu vi esse debate na imprensa hoje, eu acho que, pela fala do deputado Paulo Souto, pela fala do deputado Rosemberg, pela fala de V.Ex^a, acho que não difere muito do que a gente tem lá, no rio São Francisco.

As ilhas do rio São Francisco estão sob jurisdição do governo federal, da Marinha do Brasil. Acho que se pode até cuidar da população, atender à população por meio do Município, mas essas questões são questões que dizem respeito ao

governo federal, o Município não tem poder para fazer o que fez. É preocupante porque é uma área de preservação de grande importância, um berçário, como foi colocado e todas as matérias dizem. A fala de V.Ex^a traz isso, acho que é alguma coisa que tem que ser barrada principalmente pelo impacto ambiental que vai ter.

O Sr. MARCELINO GALO:- Eu agradeço ao deputado Zó, peço que incorpore seu importante pronunciamento.

Mais uma vez, aqui, quero também comunicar que hoje nós já protocolamos, no Ministério Público, uma representação contra a Câmara de Vereadores da Ilha de Itaparica e também, nesse caso, contra a prefeita, que já sancionou essa lei, claramente inconstitucional, ilegal, cheia de outros interesses no sentido de comprometer um recurso natural tão importante. A ilha, que tem uma imagem das mais bonitas para os pescadores, para os velejadores, para aqueles que a visitam... Não podemos permitir, eu diria, uma medida tão irresponsável, impensada, inclusive com pouco estudo da questão legal, que visa trazer prejuízos muito grandes ao povo da Ilha, ao povo baiano e para aqueles que conhecem essa bela Bahia. Sabemos da importância dela para alimentação, para diversão do nosso povo, para o deleite daquela beleza cênica tão importante no nosso Estado e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Há sobre a Mesa um Requerimento: (Lê) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vem, na forma regimental, requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciada, de logo, a Proposta de Emenda Constitucional 150/2017, de autoria do deputado Adolfo Menezes, tendo como autor o deputado Rosemberg Pinto, subscrito por vários dos Srs. Parlamentares, que dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Zé Neto

Deputado Leur Lomanto Junior”

Designo para relatar a matéria o deputado membro da Comissão de Constituição e Justiça, Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, trata-se de uma Proposta de Emenda Constitucional assinada por todos os membros desta Casa, com dispensa de formalidades pelo Bloco da Maioria e da Minoria, e que passo a relatar.

(Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda Constitucional nº 150/2017, de autoria do deputado Adolfo Menezes, com o apoio de diversos outros parlamentares, que dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia, que tem como coautor da proposta o deputado Rosemberg Pinto.*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do deputado Adolfo Menezes, com coautoria do deputado Rosemberg Pinto, subscrita por diversos outros parlamentares desta Casa, tem por objetivo estabelecer nova disciplina para o processo de eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Com a medida, fica vedada a recondução do deputado em exercício do cargo da Mesa para o mesmo cargo em eleição imediatamente subsequente dentro da mesma legislatura.

Trata-se, assim, de possibilitar uma maior participação dos membros do Parlamento na sua Mesa Diretora, adotando-se sistema similar ao da Câmara dos Deputados, que impede a recondução também dentro da mesma legislatura, conforme o disposto no art. 5º, § 1º do Regimento Interno da Câmara Federal, segundo o qual não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

A proposição não recebeu emendas, sendo possível sua votação nesta sessão em virtude de acordo entre as lideranças para dispensa das formalidades regimentais.

Ante o exposto e considerando que a proposta encontra-se em conformidade com as disposições constitucionais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelos eminentes proponentes.

É o Parecer. Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.”

É o Parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Gostaria, Sr. Presidente, que V.Ex^a pudesse solicitar do ilustre relator a releitura do texto do Projeto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Do texto do Projeto?

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Targino Machado:- Olha, a minha questão de ordem não foi cumprida ainda, Ex^a, então, concedeu-se uma outra questão de ordem. V.Ex^a já deferiu a minha questão de ordem para que o ilustre relator pudesse ler. Antes da conclusão desta questão de ordem, outra questão de ordem não poderá ser concedida.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Defiro a questão de ordem do deputado Targino Machado. Solicito ao nobre relator que, por favor, faça a releitura do Parecer.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Targino, peço vênias a V.Ex^a, pois é uma questão de ordem que precede esta leitura. V.Ex^a permite?

O Sr. Targino Machado:- Ex^a, data vênias...

O Sr. Marcelo Nilo:- Pois não, eu aguardo, eu aguardo!

O Sr. Luciano Ribeiro: (Lê) “Proposta de Emenda à Constituição 150/2017. Dá-se a seguinte redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com fundamento no art. 74, § 3º da Constituição Estadual, promulga: art. 1º - O § 3º do art. 67 e o inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67, § 3º - A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da legislatura, reunir-se-á em suas sessões preparatórias a partir de 01 de fevereiro para a posse dos seus membros e eleição da Mesa para o mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente dentro da mesma legislatura.

Art. 71, inciso II - Eleger sua Mesa Diretora para o mandato de 2 anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente dentro da mesma legislatura.

Art. 2º da Emenda - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Adolfo Menezes.”

Deputado Rosemberg Pinto e os demais que se subscrevem.

Lido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Marcelo Nilo, deputado.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Marcelo Nilo abriu mão. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, este é um evento ímpar nesta Casa. V.Ex^a que, aqui, chegou nos idos de 95, aqui chegamos juntos. Já assistimos a muitas coisas nesta Casa. V.Ex^a, inclusive como membro da Bancada de Oposição junto comigo, já participou de algumas lutas em defesa da Casa, em defesa do Regimento.

Por pior que seja este Regimento, este é o nosso manual de instruções, esta é a nossa Bíblia. Se não querem cumprir esse Regimento, o que ele determina, que se faça outro, mas, se a lei não é boa, cumpra-se e lute-se para mudar a lei.

Eu nunca vi nesta Casa proposição fantasma. Para ser proposição precisa ser publicada no Diário Oficial. Esta “proposição”, que já recebeu até o parecer, não é

uma proposição.

Que me desculpe o deputado Adolfo Menezes, deputado estudioso, trabalhador, eficiente, fui signatário dessa Proposta de Emenda Constitucional, se não me engano, fui 3º ou 4º signatário, concordo integralmente com o que está ali escrito. Agora, peço vênua ao deputado Adolfo Menezes. Sequer, Sr. Presidente, veja a ignomínia a que está submetida esta Casa na “tarde noite” de hoje, sequer eu posso pedir vistas dessa proposição, porque não foi votada nas comissões, sequer eu posso pedir vistas, porque essa seria uma vista mediúnica, porque essa proposição, de fato, não existe. E eu não posso me quedar, não posso me calar, eu tenho que sair em defesa desta Casa.

E quero arguir, Ex^a, o art. 123... Sr. Presidente, a questão de ordem é formulada para V.Ex^a, eu quero arguir o art. 123, que diz: (Lê) “*A Assembleia exerce a sua função legislativa através de projetos de: I - emendas à constituição*”. É o caso, uma proposta de emenda constitucional. Será o caso depois que ela virar uma proposição, depois que tramitar e que for publicada no Diário Oficial.

E mais, as emendas constitucionais, de tão importantes que são, têm direito a um capítulo inteiro do Regimento da Casa. Diz o artigo 196: (Lê) “*A proposta de emenda à Constituição poderá ser apresentada: I - pela terça parte dos membros da Assembleia; II - pelo Governador do Estado; III - por mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros; IV - pelos cidadãos, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado*”. E continua, no artigo 197: (Lê) “*A proposta, lida no Expediente, aguardará em pauta o recebimento de emendas, após o que será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça...*”

Eu quero emendar, eu quero que transcorra, abra-se o prazo para oferecimento de emendas, pois eu quero apresentar emendas. Eu não posso ter as minhas prerrogativas cassadas, tolhidas pela minha própria Casa Legislativa, eu respeito esta Casa, brigo e brigo em defesa dela. Eu não sou litigante pelo prazer de litigar, eu não sou litigante temerário.

(Lê) “*(...) § 1º - Para apresentação de emendas à proposta original exigir-se-á, também, a iniciativa de 1/3 (um terço) dos Deputados. § 2º - Não se admitirão emendas que não guardem vinculação direta e imediata com o texto original.*”

Eu preciso de tempo, inclusive, para buscar signatários para minhas propostas de emenda, porque preciso de mais 20 assinaturas de colegas deputados para poder apresentar as minhas emendas.

Além disso, o artigo 198: (Lê) “*Se a Comissão de Constituição e Justiça não emitir parecer no prazo regimental, o Presidente da Assembleia designará Relator Especial, com o prazo de 5 (cinco) dias, para esse fim.*”

Art. 199 - Esgotados os prazos, será a proposta incluída na Ordem do Dia”.

Se não bastasse tudo que já li, o art. 200 diz que: (Lê) “*A proposta será discutida e votada em 2 (dois) turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 (três quintos) dos votos dos Deputados.*”

E conclui no art. 201: (Lê) “*Quando as alterações apresentadas forem de tal*

amplitude que se possa considerar a proposta como reforma constitucional, a Assembleia designará Comissão Especial para sua apreciação”. Ainda tem mais dois artigos.

Eu afirmo a V.Ex^a, com todo o respeito que tenho a esta Casa, que o Líder de Governo e o Líder de Oposição não podem pautar a minha atividade parlamentar. Se não tiver ninguém para reclamar, tem eu aqui. Não é possível! Eu disse aqui ao meu Líder que ele não considerasse como insubordinação, porque não é. Porque, acima das minhas vinculações com a Oposição, acima das minhas informações, inclusive, pessoais, de amizade com o Líder Leur Lomanto Junior e com os outros membros da Oposição, acima disso, estão os meus conceitos, os meus princípios que estou desfilando aqui.

Eu peço a V.Ex^a que adote a providência, de imediato, de despachar essa Proposta de Emenda Constitucional, para que ocorra a sua publicação no Diário Oficial de amanhã.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Primeiro, vou deferir a questão de ordem do deputado Targino Machado, solicito à Mesa que cumpra seu rito legal.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, queria parabenizar V.Ex^a por trazer esse projeto de emenda constitucional que, acredito, será votada à unanimidade pela Casa, acabando a reeleição.

Minha questão de ordem é no mesmo sentido do que V.Ex^a já deferiu, porque, na realidade, eu quero ressaltar, aqui, que foi uma reunião de todos os deputados que, na vontade de aprovar essa Emenda Constitucional, terminou atropelando os prazos. Emenda constitucional, primeiro, tem que ser lida, depois, publicada, sob pena... A única preocupação que tenho é que, se qualquer cidadão baiano, brasileiro, principalmente do Ministério Público, entrar na Justiça, vai suspender, daqui a 6 ou 8 meses tudo o que foi feito nesta tarde e noite de hoje, histórica, porque é um projeto importantíssimo acabar com a reeleição na Casa. Eu gostaria, primeiro, de parabenizar V.Ex^a por ter trazido e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por deferir a questão de ordem do deputado Targino Machado.

Mas, minha única preocupação, é que, posteriormente, principalmente o Ministério Público, entre na Justiça, e com certeza, será anulado, porque, na realidade, acordo de lideranças é possível no Regimento, mas na Constituição não existe. Acordo de lideranças só pode passar por cima do Regimento, não pode passar por cima da Constituição.

Portanto, parabenizo V.Ex^a por ter deferido a questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, eu acredito que esse projeto da nossa autoria juntamente com o deputado Rosemberg... Presidente Angelo Coronel, eu acredito que não tem problema nenhum. Se esta Casa esperou dezenas de anos, não são 8 dias que vão fazer a diferença. É um projeto por unanimidade, um desejo de toda a Casa. Então, como houve dispensa de formalidades, houve um açodamento de minha parte e de outros deputados querendo ver o fim da reeleição, até porque é uma proposta de V.Ex^a e da última campanha, então acredito que não tenha problema nenhum em a gente adiar e cumprir o que determina, a publicação do Projeto, para que a gente possa votar na primeira oportunidade.

Então acredito que para quem esperou dezenas de anos, mais alguns dias... o importante é saber que, por unanimidade, esta Casa vai votar pelo fim da reeleição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Um momento por favor.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento (Lê): *“Requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da sessão pelo tempo de 120 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia. 15 de fevereiro de 2017.”*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Pela ordem, a deputada Fabíola, depois o deputado Adolfo Viana.

Com a palavra deputada Fabíola Mansur para uma questão de ordem.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela decisão de seguir à risca a nossa bíblia, que é o Regimento Interno, porque com toda legitimidade e mérito que aqui defendemos a reeleição na mesma legislatura e os acordos, porque esta é uma Casa política, efetivamente, nenhum acordo pode estar acima do nosso Regimento e da nossa bíblia.

Então quero aproveitar este momento para parabenizá-lo pela sua decisão, secundando a questão de ordem do deputado Targino, bem como aproveitar para parabenizá-lo pela não aceitação do direto aumento de 15% das verbas de gabinete que seguiria a Câmara dos Deputados, e que V.Ex^a, com muita propriedade, adiou ou suspendeu.

De forma que apoio essa questão de ordem do deputado Targino. Parabenizo e tenho certeza de que a nossa ansiedade pelo fim da reeleição na mesma legislatura vai ter que esperar oito dias, mas vai ser efetivada na sua gestão. Parabéns, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente eu gostaria de me associar às palavras do deputado Adolfo Menezes e parabenizar V.Ex^a pela forma democrática como tem

conduzido esta Presidência. A sociedade aguarda ansiosamente por essa votação. É um desejo desta Casa. Eu não tenho dúvida de que iremos votar, em ampla maioria, pelo fim da reeleição. E, obviamente, que V.Ex^a neste momento, acatando a questão de ordem do deputado Targino Machado, zela pela boa prática e pela aprovação de maneira definitiva e inquestionável desse projeto de lei. Portanto, parablenizo V.Ex^a pela condução dos trabalhos no dia de hoje.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria apenas chamar a atenção de uma coisa. Primeiro que, ou hoje ou na semana que vem, a Bancada do Governo vai com todo o esforço votar essa pretensão que é da sociedade.

A sociedade, nessa última eleição... eu passei num posto de gasolina e o frentista me disse que estavam fazendo um bolão para saber quem ganharia na Casa. Inclusive, perguntou como é que ficaria a história da reeleição. Isso vira um clamor social que tem uma importância grande e temos que responder a esse clamor.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: aí há dois projetos. Deputado Luciano, temos dois projetos aí: um é o de Rosemberg, que está aí há muito tempo, com todos os prazos vencidos, com todos os prazos publicados. Não seria o caso de tirarmos o projeto do nosso amigo Adolfo, votar o de Rosemberg, subscrito por ele e...

O Sr. Targino Machado:- Foi da legislatura passada, viu, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, eu mandei verificar e o projeto do deputado Rosemberg não foi dado entrada. Então não existe projeto.

O Sr. Zé Neto:- Não foi dado entrada?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não existe projeto, segundo a Secretaria da Casa.

O Sr. Zé Neto:- Então fica para a próxima semana.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu pedi antes do deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, o deputado Leur Lomanto para uma questão de ordem.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar primeiro a grande iniciativa de V.Ex^a, do deputado Adolfo Menezes e também do próprio deputado Rosemberg Pinto, que já há muito tempo defendia a aprovação da PEC do fim da reeleição para a Mesa Diretora da Casa. Eu acho que isso já mostra o espírito público dessa nova gestão do presidente Angelo Coronel, que assumiu o compromisso publicamente de que iria colocar o projeto que acaba com a reeleição logo no início dessa legislatura e não poderíamos jamais passar por cima e ocasionar um problema

futuro, caso esse projeto fosse aprovado sem ter sido publicado no Diário Oficial da Casa. O deputado Targino, obviamente correto, fez a sua colocação, fez a sua questão de ordem para que pudesse preservar todos nós, a Casa, os parlamentares, já que se aprovássemos um projeto que, no futuro, poderia estar sub judice, com certeza, traria um grande prejuízo para todos nós e para toda a Bahia.

Então, fica aqui o registro que o que vale é a posição adotada por V.Ex^a de trazer esse projeto que ficará marcado na história deste Parlamento e na história da Bahia, que é acabar com a reeleição. Espero que, na próxima terça-feira, possamos aprovar esse projeto em primeiro turno, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que não vejo nenhum problema em votarmos esse projeto daqui a 8, 15 dias. Não vai alterar em nada, porque não teremos eleição nos próximos 15 dias. Quero apenas dizer que se há um problema na Casa não diz respeito ao meu projeto. Meu projeto tramita na Casa, acho até que o deputado Zé Neto deve retirar e deixar para que possamos votar. Mas quero deixar claro que o meu projeto tramita na Casa, porque esse projeto foi apreciado aqui no ano passado. O deputado Paulo Rangel pediu ordem para não ser votado naquele momento. Se perderam o registro, aí não pode ser uma responsabilidade do parlamentar. Porque, se não há registro, não há número, etc e tal, alguma coisa está errada. Porque apreciamos esse projeto. No ano passado ia ser votado. O deputado Marcelo Nilo apresentou aqui, o deputado Paulo Rangel, aqui deste lado, pediu para ser retirado.

O Sr. Targino Machado (fora dos microfones):- Isso tem 3 anos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, foi no ano passado. Ele quis votar e o deputado Paulo Rangel pediu para retirar.

Mas não vejo problema. É apenas para deixar registrado isso. Não vejo nenhum problema. Acho que, atendendo à questão de ordem do deputado Targino, podemos dar prazo, publicar o projeto. Quero apenas que ajustemos para fazer a redação de acordo com o combinado. Publica-se amanhã, dá o prazo regimental para o deputado Targino. Já que se vamos fazer corretamente, publica-se, faz-se a leitura dele corretamente, depois da leitura, dá-se o prazo regimental para apresentação de emendas e, depois, obviamente, votamos aqui sem nenhum problema e sem qualquer questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Está prejudicada a minha questão de ordem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria, apenas, de trazer uma

consideração de ordem do mérito. Todos nós deputados falamos aqui que esta emenda vai consagrar o fim da reeleição da Presidência da Mesa desta Casa. Lembro que, nessa redação que está aí, é permitida a reeleição na legislatura seguinte. O nobre deputado Angelo Coronel poderá ser reeleito daqui a dois anos.

É só isso que quero deixar muito claro para a imprensa. Sei que a imprensa é inteligente, está lendo nas entrelinhas. Porque quando falamos “fim da reeleição”, a rigor não é o fim da reeleição. Mas, pelo menos, ficam garantidos dois mandatos. Aquele que for eleito na terceira sessão da legislatura faz a terceira e a quarta e, na legislatura seguinte, pode fazer a primeira e a segunda sessões. Só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Raimundo, fico até lisonjeado, porque V.Ex^a já está prevendo que vou ser reeleito deputado, não presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, não esperava outro tipo de comportamento de V.Ex^a, desde quando assumiu esse espírito democrático. Mas a partir do momento em que terminarmos com a reeleição, só poderemos falar neste mandato. Não tenho a mínima ideia se V.Ex^a, espero que sim, pode se reeleger deputado estadual. Temos que ver isso. De repente, V.Ex^a vai para deputado federal, ao Senado, vai ao governo do Estado da Bahia. Temos que trabalhar em cima desse mandato. Inclusive, o deputado Zé Raimundo, professor, amigo querido, tenho certeza que no segundo biênio de 2020 poderá ser candidato a presidente e se reeleger depois, se assim o quiser.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, tinha aberto mão da questão de ordem, mas com a questão de ordem feita pelo deputado Zé Raimundo, quero dizer que estou pugnando, com força em defesa do Regimento, em defesa também de um direito que é meu de buscar emendar esse projeto. Não acredito em meio amigo, em meio mandato, meia gravidez, meio ladrão. Esse projeto não pode ser meio, tem que ser inteiro. Esse projeto não visa proibir a reeleição. Visa proibir a continuidade administrativa dentro da Casa. Se o presidente, como V.Ex^a está, quiser ser candidato na próxima legislatura vai permitir a continuidade administrativa. Quero – se conseguir a assinatura, deputado Zé Raimundo, de mais 20 Srs. Deputados – colocar a emenda justamente para evitar a continuidade administrativa.

Desta forma, permite-se apenas a recondução quando se tratar de uma legislatura para outra, seguindo-se o exemplo da Câmara Federal, que, no art. 5º, § 1º, do seu Regimento Interno, estabelece que “não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.”

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Requerimento: “*Exmº Sr. Presidente*

da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Ex^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 2.472/2017, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que Institui o Colégio de Líderes na Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Zé Neto, Líder da Maioria. Deputado Leur Lomanto Junior, Líder da Minoria.”

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o membro da Comissão de Constituição e Justiça deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- (Lê) *“Projeto de Resolução nº 2.472/2017, que institui o Colégio de Líderes na Assembleia Legislativa.*

A Assembleia Legislativa resolve:

Art. 1º - *A Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:*

Art. 33-A - *Os Líderes da Maioria, da Minoria, das Bancadas e dos Blocos Parlamentares constituem o Colégio de Líderes.*

§1º - *O Colégio de Líderes será presidido pelo Presidente da Assembleia, com direito a voto, sendo substituído, em sua ausência, por um dos Vice-Presidentes, observada a gradação dos cargos.*

§2º - *O Colégio reunir-se-á ordinariamente uma vez por quinzena, presente a maioria dos seus membros, e extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou por proposta da maioria dos seus componentes, sendo as suas decisões tomadas por maioria simples de votos.'*

Art. 2º - *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.'*

Sendo legal e constitucional, emito o parecer favorável, salvo melhor juízo. 15 de fevereiro de 2017”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o parecer do relator.

(...) em discussão, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer do relator

Em discussão única e votação, o (Lê) *“Projeto de Resolução nº 2.472/2017, que institui o Colégio de Líderes na Assembleia Legislativa.*

A Assembleia Legislativa resolve:

Art. 1º - *A Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, passa a vigorar*

acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 33-A - *Os Líderes da Maioria, da Minoria, das Bancadas e dos Blocos Parlamentares constituem o Colégio de Líderes.*

§1º - *O Colégio de Líderes será presidido pelo Presidente da Assembleia, com direito a voto, sendo substituído, em sua ausência, por um dos Vice-Presidentes, observada a gradação dos cargos.*

§2º - *O Colégio reunir-se-á ordinariamente uma vez por quinzena, presente a maioria dos seus membros, e extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou por proposta da maioria dos seus componentes, sendo as suas decisões tomadas por maioria simples de votos.'*

Art. 2º - *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."*

Assinam os membros da Mesa Diretora: deputado Angelo Coronel, Luiz Augusto, Carlos Geilson, Alex Lima, Manassés, Sandro Régis, Aderbal Fulco Caldas, Fabrício Falcão e Luciano Simões Filho.

Em votação.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a instituição do Colégio de Líderes por unanimidade, Projeto de Resolução nº 2.472/2017. **(Publicado em 15/02/2017)**

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, só para esclarecimento, pois acredito que quase todos os deputados não têm esse conhecimento que eu não detenho nesse momento. O Colégio de Líderes vai ser deliberativo, vai poder tomar decisões ou vai ser mais ou menos encaminhamentos para que a gente possa decidir? Eu gostaria de saber qual vai ser realmente a função do Colégio de Líderes. Eu concordo. Inclusive, participei do Colégio de Líderes. Era uma busca que eu tinha e um apelo que eu fazia, que trouxemos da Câmara Municipal de Salvador. Mas eu não entendi exatamente qual vai ser a função e as prerrogativas que terá o Colégio de Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Alan, o Colégio de Líderes será responsável pela pauta de votação dos projetos que vierem a ser protocolados na Casa e outras decisões de cunho legislativo, enquanto a Mesa Diretora tomará decisões que comportam a gerência da Casa.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, só para aclarar. V. Ex^a, na última reunião da Mesa Diretora, acordou no corte dos deputados faltosos. Hoje, um dia de votação, os nobres pares que estão ausentes terão os seus pontos cortados?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Carlos Geilson, a Mesa Diretora aprovou o corte do ponto e os deputados que não estiverem presentes nesta sessão de votação, consequentemente, terão o seu ponto cortado.

O Sr. Carlos Geilson:- Obrigado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem ao deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, ao meu ver, o Conselho de Líder tem que ter uma função consultiva. Ele não pode ter uma função de decisão. Ele tem apenas que coordenar os trabalhos, para que não aconteça que as decisões sejam tomadas sem que toda a Bancada dos 63 deputados desta Casa seja ouvida. Era apenas essa a nossa preocupação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Sidelvan, é questão de pauta de votação, que é feita no Plenário. E quem vai decidir são os 63 deputados.

(Lê) “*REQUERIMENTO*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exª, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei 21.166/2015, de autoria do Dep. Leur Lomanto Junior, que dispõe sobre a proibição do ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados do estado da Bahia.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.”

Eu gostaria de ressaltar que esta Casa implanta no dia do hoje, que foi instituído como o dia do parlamentar, a votação de projetos dos deputados. Iremos apreciar a PEC da não reeleição. Serão cumpridos os prazos regimentais. Aprovamos a formação do Conselho de Líderes, e serão aprovados 3 projetos, sendo 2 da Bancada da Situação, e um da Bancada de Oposição, com isso, mantendo a proporcionalidade das Bancadas.

Este é o primeiro projeto de autoria do deputado Leur Lomanto Junior.

Designo o deputado Sr. Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (Lê) “Projeto de lei nº 21.166/2015, de autoria do deputado Leur Lomanto Junior. Dispõe sobre a proibição do ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados do Estado da Bahia.”

Sr. Presidente, o projeto 21.166/2015 de autoria do deputado Leur Lomanto Junior já foi apreciado na CCJ com parecer devido e aprovado. Do ponto de vista da Comissão de Orçamento, Controle e Finanças o projeto encontra-se perfeitamente dentro do Regimento e das normas, uma vez que não implica infringência daqueles dispositivos que são prerrogativas do governo do Estado e do orçamento.

O nosso parecer, quanto ao mérito, é parecer favorável ao projeto.

O Sr. Presidente (Angelo Coronel):- Em apreciação no âmbito das Comissões de mérito.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto de autoria do deputado Leur Lomanto Junior, que proíbe a entrada de pessoas, que estão portando capacetes ou qualquer equipamento que cubra a face em espaços públicos ou privados.

Aprovado o parecer do relator. Colocaremos em votação o projeto em Plenário.

Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. Presidente (Angelo Coronel):- Não pode ser depois da votação, não?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não. Gostaria de defender a aprovação do projeto, antes da votação, já que sou autor do projeto.

O Sr. Presidente (Angelo Coronel):- Mas V.Ex^a já apresentou o projeto, não é redundante, não?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não. O projeto será votado.

O Sr. Presidente (Angelo Coronel):- Com a palavra, o deputado Leur Lomanto Junior, o autor da proposição.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de, mais uma vez, parabenizar o presidente Angelo Coronel por proporcionar aos parlamentares fazerem uma das principais obrigações do deputado, que é apresentar os projetos de lei e as leis do nosso Estado.

Trago aqui, nesta noite de hoje, este projeto de lei e gostaria apenas de fazer uma pequena introdução do porquê a iniciativa de trazer esse projeto de lei para ser apreciado.

Há cerca de 3 ou 4 anos atrás, eu estava na minha querida cidade de Jequié e lá ocorreu um assassinato brutal. Três motoqueiros, usando capacete, adentraram o escritório de um posto de gasolina e realizaram um assalto. A vítima, que era um proprietário do posto, um empresário bastante conhecido da nossa querida cidade de Jequié, reagiu ao assalto e foi assassinado brutalmente por esses motoqueiros, que estavam usando o capacete justamente para esconderem a suas faces. Eles se ausentaram do local e até hoje não se descobriu quem realizou esse crime. Isso me chamou a atenção e busquei em outros estados se existia alguma lei que proibisse o uso de capacete em postos de gasolina, em repartições públicas, em bancos, enfim, que pudesse ajudar a combater esse tipo de crime que se torna mais constante a cada dia.

Os bandidos para se esconderem das câmeras, que existem em várias repartições, utilizam os seus capacetes para entrarem nos bancos, autoatendimentos 24h, postos de gasolinas, em farmácias e em várias repartições. Resolvi apresentar este projeto de lei com essa justificativa: combater o crime e reduzir, especialmente, os assaltos. Lerei um trecho da justificativa deste projeto, Sr. Presidente:

(Lê) “As motocicletas viraram um meio de transporte preferido dos criminosos e o capacete faz papel de uma máscara, que esconde o rosto do assaltante.

Não pretendo com esta lei fazer apologia contra os cidadãos que usam motocicletas, mas sim alertar as pessoas e as autoridades públicas acerca de uns perigos em que a sociedade está submetida na cidade do Estado da Bahia.

Infelizmente, nos dias atuais, são muitos os relatos de assaltos, centenas registrados nas delegacias, em ambientes públicos e privados, praticados por motociclistas usando os capacetes como forma de esconder o rosto. Essa é uma problemática que exige a maior preocupação com iniciativa de fiscalização e controle intenso.

A criação dessa regra legal poderá inibir os meliantes, ajudando na coibição dos crimes e proteção dos cidadãos de bem. Essa lei, também, facilita as investigações da polícia judiciária dos delitos, já que o uso do capacete como instrumento para esconder o rosto acaba por dificultar o inquérito.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço o apoio e a aprovação dos meus pares para que este projeto seja votado e apoiado por unanimidade nesta Casa”. Acho que é um importante instrumento para começar a coibir a violência no nosso Estado da Bahia.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, antes de terminar, posso ouvir um aparte do deputado Alan Sanches para não ser indelicado com o meu querido colega. Concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Alan Sanches:- Muito obrigado, deputado. Vi que V.Ex^a já estava se retirando, mas eu queria apoiar e aplaudir o projeto. Esta Casa precisa, sim, desses projetos simples e efetivos. Mais uma vez, quero parabenizar o presidente Angelo Coronel por estar colocando os projetos de deputados para votar. Espero que não sejam votados apenas projetos que tenham a maioria aprovando. Acho que têm de ser colocados todos os tipos de projetos de deputados, inclusive, para que rejeitemos ou não. Não pode ser só projeto...

Agora, o de V.Ex^a está de parabéns e terá o meu apoio incondicional.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir a matéria o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr^{as} e Srs. Deputados, quero abraçar e parabenizar o deputado Leur Lomanto Junior pelo projeto, e também quero abraçar esse projeto, até porque, na condição de vereador de Feira de Santana, exatamente no dia 26 de agosto de 2009, aprovamos e tivemos promulgada, no dia 28 de agosto, pelo prefeito da cidade, o projeto exatamente nesse sentido. A Lei 237/2009 dispõe sobre a proibição do ingresso e permanência de pessoas utilizando capacete ou cobertura que oculte a face ou impeça sua identidade em qualquer estabelecimento público ou

privado, e dá outras providências.

Deputado Leur, o projeto de V.Ex^a será de muita utilidade para muitos trabalhadores do nosso Estado. V.Ex^a citou a questão dos bombeiros que trabalham em postos de gasolina; a aflição em que viviam os bombeiros que, por não ter essa lei vigorando, eram obrigados a se aproximar dos motociclistas que permaneciam em cima da moto sem retirar o capacete. Era uma verdadeira angústia a travessia que eles faziam do lugar em que estavam sentados até chegar junto daquele cidadão que, algumas vezes, se tratava de um assaltante. Via de regra, os postos de gasolina adotam o vídeo de segurança, e naquele momento eles faziam o assalto.

O motivo da discussão é para parabenizar V.Ex^a. Trabalhadores não só da atividade de posto de gasolina, mas de diversas outras, escolas públicas, onde o motociclista entra de moto pelos portões, sendo proibido de entrar. Ele tem de retirar o capacete para entrar.

Portanto, parabéns, deputado Leur Lomanto. Tenho certeza de que trabalhadores da Bahia estarão contemplados por esta lei de extrema importância para a segurança pública do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o projeto de autoria do deputado Leur Lomanto Junior por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.166/2015

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE OU QUALQUER TIPO DE COBERTURA QUE OCULTE A FACE NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PÚBLICOS OU PRIVADOS DO ESTADO DA BAHIA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados.

§ 1º – Os efeitos desta lei estendem-se aos prédios que funcionam no sistema de condomínio.

§ 2º – Nos postos de combustíveis, os motociclistas deverão retirar o capacete antes da faixa de segurança para abastecimento.

§ 3º – Os bonés, capuzes e gorros não se enquadram na proibição, salvo se estiverem sendo utilizados de forma a ocultar a face da pessoa.

Art. 2º - Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata a presente lei deverão afixar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, uma placa indicativa na entrada do estabelecimento, contendo a seguinte inscrição: “É PROIBIDA A ENTRADA DE PESSOA UTILIZANDO CAPACETE OU QUALQUER TIPO DE COBERTURA QUE OCULTE A FACE”.

Parágrafo único – Deverá ser feita menção, na placa indicativa, ao número desta lei, bem como à data de sua publicação, logo abaixo da inscrição à qual se refere o “caput” deste artigo.

Art. 3º - A infração às disposições da presente lei acarretará ao responsável infrator multa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2015.

Deputado Leur Lomanto Junior

A Srª Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Srª Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, que surpresa agradável tantas notícias boas vindas da sua gestão.

Quero parabenizar o deputado Leur Lomanto pela aprovação de um projeto simples, porém efetivo para a área de segurança, o qual subscrevi.

Ao mesmo tempo, quero dizer que o dia do parlamentar, que será designado para debates, discussões e aprovação de projetos de deputados, é tudo que esta Casa ansiava, particularmente esta deputada.

Paralelamente ao dia do parlamentar, peço à CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, a mesma celeridade com que V.Exª senta nessa cadeira e já propõe o dia do parlamentar, já vem e mostra para que veio, aprovando projetos. Temos que ter essa celeridade na CCJ para relatar e votar pareceres dos inúmeros projetos que lá estão desde 2015, incluindo quase 30 projetos da nossa autoria.

Parabéns! E peço à CCJ, efetivamente, que tenha essa celeridade.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputada.

Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Quero me associar à deputada Fabíola Mansur pois, ainda mais cedo, questionava o deputado Geilson com relação aos pareceres dos projetos dos deputados.

Existem inúmeros projetos que demos entrada há mais de 6 ou 7 anos nesta Casa, e sequer deu parecer. Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pela agilidade e por estar aprovando, hoje, projetos de deputados nesta Casa.

Espero que a CCJ, que o futuro presidente da CCJ possa também seguir o exemplo de V.Ex^a, porque irei cobrar na comissão para que haja um limite para ser dado o parecer e para que os projetos sejam levados à votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Obrigado, deputado.

(Lê) “*Requerimento.*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo a Proposta de Lei nº 19.696/2012, de autoria do Dep. Bira Corôa, que impõe como obrigatório o fornecimento de cadernos de prova impressos no sistema braile a candidatos portadores de deficiência visuais, inscritos em concursos públicos e processos seletivos simplificados realizados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.”

Para relatar a matéria designo a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente, esse projeto realmente passou pela CCJ?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, os projetos que estão sendo apreciados, hoje, foram com dispensa de formalidades. Já que é por acordo e com dispensa de formalidades...

O Sr. Carlos Geilson:- Eu acredito que esteja havendo um equívoco. Eu tenho projetos na Casa desde 2011, 2012, 2013 mofando nas gavetas dos deputados, e agora sou surpreendido, aqui, com projetos que nem foram votados na comissão e serão votados no Plenário. Aí, me faça uma garapa!

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson: Nada contra o autor do projeto, pelo contrário, mas tem de haver um critério. Com relação a essa dispensa de formalidade, prejudicando projetos que estão na Casa há 5, 6 anos, como é o caso dos nossos, a comissão tem de dizer: “O Projeto é inconstitucional.” Pelo menos que diga, mas que não deixe lá na gaveta mofando, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Carlos Geilson, eu quero informar a V.Ex^a que recebi o requerimento com a dispensa de formalidades.

Concordo com V.Ex^a. Acho que as comissões, realmente, devem dar mais celeridade a apreciação dos projetos para que possam vir para a votação. Contudo, essa presidência entende que, quando recebemos as dispensas de formalidades assinadas pelos 2 Líderes...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) com parecer oral das comissões...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu não quero discutir se passou na CCJ ou se não passou. Eu também tenho projetos cochilando, lá, desde a legislatura passada. Eu não posso interferir nesses 2 projetos que foram escolhidos pela Bancada do Governo, porque foi fruto de acordo com a assinatura dos 2 Líderes. Naturalmente, eu tenho a ver com os projetos que foram indicados pelo deputado Leur Lomanto Junior, mas o que foi indicado pelo Líder do Governo é de livre escolha da Liderança do Governo. Entendeu, deputado Carlos Geilson?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

Eu também gostaria de esclarecer, aproveitando a questão de ordem do deputado Targino Machado, que foram escolhidos 2 projetos da Base do Governo e 1 da Oposição. Adotamos o critério da proporcionalidade.

O Sr. Carlos Geilson:- Se vai direto, eu trarei na próxima semana...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O Líder de cada bancada que indicará, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, na próxima sessão eu trarei um monte de projetos embaixo do braço, e o que o Líder da Oposição e do Governo decidirem a gente coloca em votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Acordo é acordo!

Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, eu só queria que V.Ex^a nos dissesse agora que a regra será essa, porque a regra, até a legislatura passada, era que o projeto que tivesse sido aprovado na CCJ é que poderia ser votado nesta Casa. Nós estamos... Eu apenas quero dizer que, se a regra for essa, Carlos Geilson está certo. Eu trarei todos os meus projetos aqui e o Líder da Oposição e o Líder do Governo escolhem, porque é dessa forma que será conduzido dessa forma para a votação. Gostaria que V.Ex^a respondesse à minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Sildevan, estamos recebendo esses 3 projetos com dispensa de formalidade assinado pelos 2 Líderes. O critério da escolha só diz respeito à Maioria e à Minoria...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O primeiro inscrito será o deputado Alan Sanches, seguindo do deputado Adolfo Viana, deputado Leur Lomanto Junior, deputado Alex da Piatã, deputado Marcelo Nilo.

Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão ao encaminhamento nesta Casa. Acho extremamente importante, isso diz respeito aos deputados e deputadas... Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento para V.Ex^a. É extremamente importante a votação dos projetos dos deputados, mas precisamos determinar alguns critérios, porque tenho um projeto, igualmente ao deputado Carlos Geilson, desde 2011, que não é apreciado na Casa.

Não pode chegar um projeto que não tenha critério. Quero saber qual é o critério, para eu trazer também meus projetos, ir atrás do meu Líder e encaminhar.

A Casa tem que criar alguns critérios. Sugiro a V.Ex^a que seja por Bancada. Proporcionalmente, a Bancada de lá será 2 para um, porque assim o tem, para que a nossa Bancada possa fazer a distribuição, e na Bancada de Governo também. Mas temos que ter algum critério na apresentação do projeto.

O Sr. Presidente (Angelo Coronel):- Concordo, deputado, mas chegaram 2 projetos da Base do Governo e um projeto da Oposição às mãos desta Presidência hoje. Já tem um critério de proporcionalidade das Bancadas.

A questão da escolha dos projetos, é questão de acordo das lideranças com as suas Bancadas. A questão é: os Líderes da Maioria e da Minoria decidirem quais projetos serão votados no próximo dia.

Questão de ordem deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero dar minha opinião aos colegas desta Casa. Primeiro, o Líder, deputado Leur Lomanto Junior, ao assinar uma dispensa de formalidade, – como liderado da Bancada dele –, entendo que devemos...

Sr. Presidente, as nossas discussões devem ser feitas de maneira interna com o nosso presidente. A assinatura do deputado Zé Neto, ele resolva com a Bancada da Maioria. No meu entendimento, Nós, da Minoria, resolveremos com o deputado Leur Lomanto Junior, que é o Líder da Minoria.

No momento em que a assinatura do deputado Leur Lomanto Junior estiver nesse documento... Entendo que esse projeto deve ser votado, até porque o Plenário é soberano. Se a CCJ não deu o parecer, e o deputado entendeu, como Líder da Maioria, que deve ser apreciado na Casa, acho que o projeto deve ser apreciado, e esta Casa há de ter o entendimento de se ele é constitucional ou não. Afinal de contas, ninguém é obrigado a votar favoravelmente num projeto. Se o deputado compreender que o projeto é inconstitucional, simplesmente ele vota contrário à aprovação do projeto.

No momento em que tive a assinatura do meu Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Junior, e do Líder da Base do governo, deputado Zé Neto, deve, sim, estar no Plenário. No meu entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu quero seguir a sequência dos pedidos de questão de ordem. O próximo inscrito é o deputado Pablo Barros, depois o

deputado Leur Lomanto, deputado Alex da Piatã, deputado Targino Machado, deputado Zé Neto, deputado Marcell Moraes e deputado Alan Sanches.

O Sr. Pablo Barroso:- Presidente Angelo Coronel, eu gostaria de salientar a importância da votação dos projetos dos deputados e percebemos que a ânsia por votarmos esses projetos é tão grande que surgiu esta discussão. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa, quero dizer que em defesa do meu Líder, que pactuou com todos os deputados de oposição, que hoje nós votaríamos esse projeto e que os deputados providenciassem os projetos que tivessem interesse para a apreciação. Assim foi feito. Estive a tarde toda neste plenário e participei das discussões de que projetos nós colocaríamos para votar. Nós temos, a medida que estes projetos forem votados, que nos organizar nas nossas bancadas e trazermos para cá.

Eu gostaria de, mais uma vez, parabenizá-lo e citar também que a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte, tem uma enorme responsabilidade sobre isso. Gostaria de fazer um apelo ao presidente da CCJ: que nós aceleremos, diante da necessidade de colocar esses projetos para serem votados a cada semana, para que esses projetos passem rápido pela CCJ no rito que tem de ser, mas na maior celeridade possível para que nós possamos trazer para cá.

Se há projetos mais antigos que não foram aprovados ou trazidos para cá, cada deputado se responsabiliza em ir atrás das comissões e dos deputados, conversando e vamos acelerar estes projetos, inclusive na CCJ, como sempre, pedindo prioridade no seu projeto e de todos os membros da Comissão da CCJ. Quando houve algum deputado pedindo celeridade, nós demos prioridade aos projetos, a exemplo da deputada Fabíola Mansur, que pediu celeridade para o seu projeto e assim foi posto a frente dos outros projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente eu vou ceder o meu aparte ao deputado Targino Machado e depois eu farei o meu pronunciamento na parte dele.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos seguir a sequência. Foi permuta? Se foi permuta tudo bem. Cancelada a questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção de forma especial aos colegas de oposição que tudo que é acertado antes, não é caro nem barato. Foi acertado que se trariam os projetos seguindo a proporcionalidade. Dois do bloco de governo, e um da oposição. Não vou pautar, não tenho o direito de pautar a agenda de Zé Neto, que é o Líder do Governo. Ele vai trazer os projetos que eles quiserem para cá e eu vou, por acordo, votar. Se tenho alguma coisa para discutir com o meu Líder, farei intramuros, porque é assim que se faz. Nós estamos, aqui, expondo os líderes. Agora quero dizer também, Sr. Presidente que quero parabenizar V.Ex^a e apesar dos parabéns eu não posso eleger V.Ex^a como árbitro das decisões dos Líderes, dos seus acordos e nem imagino que V.Ex^a queira isso.

Precisamos no momento é ter juízo e entender o que foi acertado. Qual é a

regra? O critério será discutido lá na reunião das Oposições no colegiado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, somente para ficar claro que o deputado Leur Lomanto não foi defenestrado, não foi admoestado e não foi diminuído. O que foi estabelecido aqui foi o seguinte: ficou estabelecido que seriam 2 da Maioria e 1 da Minoria. Agora que estou entendendo a regra que os dois Líderes podem dispensar as formalidades e o projeto sem que se passe pela CCJ. Eu e outros estamos tomando conhecimento disso agora. Se é assim, tudo o.k., tudo beleza, está tudo lindo, e vamos em frente.

O Sr. Alex da Piatã:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.K., deputado. Questão de ordem do deputado Alex da Piatã.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a permutou com o deputado Targino. VEx^a dê um tempinho aí, porque o deputado Alex já está com a mão levantada há muito tempo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu fui citado várias vezes...

O Sr. Alex da Piatã:- Sr. Presidente, estou entendendo que a Mesa definiu que toda quarta-feira serão votados 3 projetos, sendo 2 da Maioria e 1 da Minoria, com dispensa de formalidades. Sr. Presidente, isso é uma proporção de 2 para 1, podendo ser 10 e 5, 8 e 4? É isso que a gente precisa saber.

E, só reforçando o que o deputado Carlos Geilson falou, é importante que saibamos também que a decisão da Mesa de dispensar as formalidades existe. Mas precisamos saber, deputado Zé Neto e deputado Leur, quais são os critérios para que os deputados possam ir aos seus Líderes. É qualquer projeto, independentemente de estar na CCJ, de não ter...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Alex, isso é uma matéria dentro dos blocos partidários, Minoria e Maioria..

O Sr. Pedro Tavares:- Do Colégio de Líderes.

O Sr. Alex da Piatã:- Mas o deputado Carlos Geilson não sabia, eu não estou sabendo, nenhum deputado está sabendo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Do Colégio de Líderes. O Plenário não vai definir regras. Os Líderes têm a obrigação de informar. Pela ordem o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de dizer que estou em estado de êxtase. Em êxtase ao ver esta Casa em ebulição, os parlamentares trabalhando, discutindo, ansiosos para aprovarem os seus projetos de lei. Era disso que estávamos precisando. É isto que a sociedade espera dos parlamentares baianos: estarem aqui às 19h00min, num dia de quarta-feira, discutindo, cobrando, atuando,

cada um defendendo as suas posições. É disso que o Parlamento precisa, Sr. Presidente.

Então, quero deixar claro que o critério estabelecido pela Liderança do Governo – critério que não vem de hoje, critério que já vem do passado – de que os projetos a serem trazidos ao Plenário deveriam ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça e ter sido aprovado na Comissão de Justiça... Então, primeiro, deputado Sidelvan, quero aqui dizer que V.Ex^a e o deputado Carlos Geilson têm total razão, e assinei a dispensa de formalidades, crendo eu que o projeto do deputado Bira Corôa – e faço aqui a *mea culpa* – estaria, sim, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. E isso é deixar claro que o critério existe e deve ser cumprido.

O deputado Zé Neto hora nenhuma me informou que o projeto não teria sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Por isso, crendo eu que os trâmites e os critérios estabelecidos anteriormente, por nós parlamentares, pela Liderança do deputado Zé Neto e pela Liderança do deputado Sandro Régis, eram justamente os projetos terem sido aprovados na Comissão de Constituição e Justiça, assinei a dispensa de formalidades.

Então, eu faço um apelo aos deputados Sidelvan e Geilson, para que, como eu já assinei esse projeto na noite de hoje, nós possamos votá-lo. E, a partir da próxima quarta-feira, aí sim, o critério terá que ser seguido, estabelecido, como foi acordado anteriormente e reacordado. Eu faço a *mea culpa* a V.Ex^{as}, deputado Sidelvan, deputado Carlos Geilson, por conta desse lapso: realmente assinei a dispensa de formalidades, crendo que o projeto já teria sido aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Inclusive, deputado, o Colégio de Líderes, cuja criação foi votada oficialmente hoje, é quem vai deliberar sobre essa pauta. Os Líderes de cada Bancada têm que reunir as suas bancadas e dizer que tem um Colégio de Líderes para isso.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tudo é uma novidade, o Colégio de Líderes é uma novidade, nós estamos encontrando ainda um critério, dentro da Bancada de Oposição, para a apreciação dos projetos. O bom disso tudo é que nós vamos, sim, a partir de hoje, votar projetos de deputados na quarta-feira, destravar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, que é isso que a sociedade baiana espera do Parlamento.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero aqui dizer o seguinte: primeiro que Leur está correto, corretíssimo, o projeto de Bira está com o parecer aprovado. Chamei Pablo e pedi a ele e a Leur que... Inclusive não estou entendendo muito o posicionamento de Fabíola. Mas eu chamei Pablo, há pouco, e pedi que ele fizesse um parecer ao projeto de Fabíola, porque eu tive dificuldade, porque só definimos a votação de hoje ontem pela manhã. E, numa deferência, num posicionamento corretíssimo do deputado

Angelo Coronel de dar início a um processo de votação da Casa, eu falei para ele que ia ser difícil, porque eu tinha 42.

Pedi a Priscila, que já, inclusive, vai comigo fazer uma formulação de mudança de comportamento com relação à quarta-feira. Pois esses é o dia que ficamos mais na comissão e pela manhã teremos que ficar mais ligados agora no processo para trazermos para cá alguma coisa mais ajustada. Mas tudo bem, isso é só o começo.

E como tinha dificuldade com o projeto, que, aliás, quero dizer aos Srs. Deputados do Governo e também da Oposição, de 30 que tínhamos em nossas mãos, passei aqui com o deputado Leur olhando a esmagadora maioria, inclusive alguns passaram pela Comissão de Justiça, e eles eram fragorosamente inconstitucionais. Tenho que ter, pelo menos na Liderança, quando for fazer um acordo, mesmo que tenha passado na Comissão de Justiça, tenho que ter o bom senso de saber que esse projeto aprovado vai para a mão do governador. E, se ele vai para a mão do governador inconstitucional fragorosamente, infelizmente eu não vou ter que fazer acordo. Vou deixar ele vir para o Plenário, e aqui votará a favor quem quiser. E isso é um processo com o qual tem que ter de cuidado.

Então, quero dizer a V.Ex^a que o de Bira estava aprovado pelo deputado Robério Braga. E a votação ocorreria da mesma forma que pedi para fazer com a votação do projeto da deputada Fabíola, que quer o quê? Votar, em Plenário, na Comissão, com dispensa de formalidades.

Quero dizer a V.Ex^a que isso foi um esforço e que esses fatos que foram comentados aqui e alertados pelos deputados servirão de pauta para sentarmos lá no Colégio de Líderes e buscarmos uma solução que abasteça o interesse do deputado Alex. Quero lhe pedir desculpas, a deputada Fabíola deve não ter chegado a tempo no seu gabinete e em outros cantos, talvez. Ela me disse que passou. Mas, hoje pela manhã, passaram a manhã toda, praticamente, ela e Ney dentro dos gabinetes, atrás de projetos. Mas como foi um dia só, então hoje temos que ter cuidado, como foi o primeiro dia de uma iniciativa positiva. A culpa é minha, pronto, não tem problema nenhum. Vamos ver se a gente consegue se organizar de agora em diante.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar V.Ex^a. Eu, que fui vereador da cidade do Salvador por 2 anos, sempre fiz um comparativo à estranheza que senti quando cheguei aqui nesta Casa. Quando vereador de Salvador, em apenas 2 anos, aprovei 53 projetos de minha autoria na Câmara Municipal de Salvador. Vou repetir, Sr. Presidente: 53 projetos enquanto fui vereador de Salvador por 2 anos. Aqui nesta Casa, também estou há 2 anos, e só aprovamos um projeto de lei.

Então esse debate é importante, Sr. Presidente. Com formalidade, ou sem formalidade, o papel do parlamentar é fazer leis. Quem achar ruim o projeto que vote contra. Até para perder o projeto, temos que votar. O que não pode é esta Casa ficar

dizendo “amém”, “amém” ao governador o tempo todo. Eu fiz aqui uma conta rápida, Sr. Presidente: se aprovarmos 3 três por quarta-feira, vai dar um total de 132 por ano; dividindo por 63 deputados, vai dar um total de 4 por ano. É muito pouco, Sr. Presidente! É muito pouco! Ou seja, até o trabalho parlamentar é dificultado. Um parlamentar, como Bira Corôa, como Targino, como Marcell Moraes, que gostam de apresentar muitos projetos para mudar essa sociedade, fica agora inibido porque sabe que pode apresentar um projeto que não vai ser votado nunca. Pode ficar aqui 6 anos, 20 anos, enquanto o projeto do Executivo é aprovado de forma urgente, urgentíssima, aqui é votado.

Então V.Ex^a está de parabéns. E acho muito pouco aprovar apenas 3 projetos, tendo 63 deputados e que com 1 ano seja aprovação de projetos. Porque eu, com 2 anos aqui, só aprovei 1. E tem deputado aqui que tem 6 anos e não aprovou nenhum ainda. Então, o que veio fazer aqui? É para apresentar ao povo, ir para a frente parlamentar e fazer leis. Estamos aqui para fazer leis. E é um absurdo aprovar apenas 3 projetos.

A minha questão, deputado Luciano, é que não sejam 3 projetos. É aprovar uma série de projetos e inclusive botar a CCJ para funcionar. Se está se aprovando urgente urgentíssimo aqui é porque a CCJ deixou de cumprir o seu papel e não está dando o parecer nos projetos. É por isso que está essa confusão, porque, se a CCJ fosse ágil, rápida, teria parecer em todos os projetos; e não precisaria dar, agora, ali, o questionamento. É a CCJ trabalhando. Agora, enquanto a CCJ não consegue fazer o seu papel, precisamos votar urgente, urgentíssimo, sim, 3, 4, 10 projetos por quarta-feira. E, se for ruim, deputado Zé Neto, o Plenário vota contra, ou o governador vota. Mas que tem que votar, tem.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu esperei esse tempo todo, o senhor inclusive disse que já tinham 7 na minha frente. E eu esperei pacientemente para fazer uma colocação. Logo em seguida, o deputado Carlos Geilson também fará. Estou com o braço aqui cansado de tanto levantar para que V.Ex^a não esqueça de mim.

Sr. Presidente, quero deixar claro o meu posicionamento nesta tarde. Absolutamente questionei o meu Líder, que inclusive tem meu apoio e esclareceu aqui como foi feita a conduta dele. O que nós tínhamos era um critério passado. Eu tenho vários projetos aqui, tenho dezenas de projetos que precisam ser aprovados. O que precisava ficar claro nesta tarde, e está ficando, eram os critérios que estavam colocados no Plenário. Na minha Bancada eu me resolvo, mas era no Plenário. Acho que V.Ex^a conseguiu esclarecer isso, e em momento algum, deputado Leur – meu Líder querido, em quem votei e tem toda minha confiança –, esperava um posicionamento de V.Ex^a que não fosse esse.

Mas queria deixar aqui que o meu questionamento não foi contra o meu Líder,

mas sim contra o critério do Plenário. Isso ficou claro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, só para sugestão, acho que nas quartas-feiras devemos votar 3 projetos com dispensa de formalidade dos 2 Líderes: 2 da Maioria e 1 da Minoria. E os demais que passem pela Comissão de Constituição e Justiça. No mínimo, teremos 3 projetos aqui para serem votados no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, foi instituído hoje o Colégio de Líderes para decidir essa pauta. Vocês têm que discutir dentro da Bancada da Maioria e Minoria e trazer o resultado aqui para o dia de votação. Porque, se não, vamos passar um dia aqui para votar projetos que poderiam ser votados mais rápido.

Pela ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão a V.Ex^a. Existe o Líder da Minoria e o Líder da Maioria. Os Líderes discutem junto às suas Bancadas e levam o assunto para o Colégio de Líderes. Faço um apelo a V.Ex^a: vamos votar o projeto.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:-Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o último orador inscrito, deputado Sidelvam, pela quarta vez. Estou feliz, pois hoje ele realmente está debatendo.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, acredito que V.Ex^a, junto com meu Líder, está aí nessa cadeira, vibrando por ver esse Plenário hoje tão ativo e tão vibrante pelas discussões.

Mas, Sr. Presidente, queria apenas dizer ao meu Líder, Leur Lomanto Junior, que de forma alguma estamos aqui para questionar a decisão dele. Vamos, sim, votar os projetos em relação aos quais houve acordo hoje. Mas que essa regra seja decidida pelo Colégio de Líderes, tal qual o meu ex-Líder deputado Sandro Régis deu a sugestão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, breves considerações sobre essa matéria. Vejam bem os colegas deputados: várias tentativas já foram feitas para acelerar a aprovação da CCJ na CCJ de projetos dos deputados. Foi feita uma comissão, que não funcionou. A rigor, há mais de 100 projetos aprovados na CCJ, se for feita uma busca, tem mais de 100 projetos aprovados na CCJ. Qual é o problema? É que, para a dispensa de formalidades num acordo de líderes, tem que haver um consentimento dos líderes de que aquele projeto efetivamente terá o seu curso normal, porque na própria CCJ há discordâncias. Há colegas que às vezes aprovam projetos de matéria tributária claramente inconstitucional. Ou seja, o fato de ter sido aprovado na CCJ não quer dizer que o projeto, na minha modesta maneira de ver, minha modesta

interpretação, sejam projetos viáveis do ponto de vista jurídico. São mais de três mil projetos tramitando nesta casa. O ex-deputado Álvaro Gomes tinha mais de 300 projetos. Ou se faz um critério de que as Bancadas selecionam os projetos... Porque não pode. Há deputados que têm 280 projetos, ex-deputados... Mude-se o Regimento, faça-se o critério, pois, chegando lá, o presidente da CCJ só pode encaminhar pela ordem de chegada. É preciso haver um acordo de líderes para que a Comissão só aprecie os projetos pré-selecionados pelas comissões.

É um esclarecimento importante.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputado. É importante, importante.

Designo a deputada Fabíola Mansur para relatar o projeto em discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, o primeiro dia do parlamentar a gente não esquece, por isso essa pressa toda. Mas quero dizer da relevância da matéria proposta pelo deputado Bira Corôa, que é o Projeto de Lei nº19.696/2012, que impõe como obrigatório o fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile a candidatos com deficiência visual, inscritos em concursos públicos e processos seletivos simplificados, realizados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta.

O projeto recebeu parecer favorável do deputado Robério, na CCJ, e em razão de esse projeto ter como objetivo, deputado Bira Corôa, garantir ao deficiente visual que almeja ao serviço público o acesso a sua prova impressa em sistema braile, isso garante condições de igualdade no acesso a concursos públicos e processos seletivos.

Eu, como médica oftalmologista, defendo a causa da pessoa com deficiência e digo que além de a matéria ser legal ela é constitucional e é de extrema relevância social para garantir a equidade no acesso a pessoa com deficiência.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para parabenizar uma servidora da casa, Tâmara Godim Neto, que é pessoa com deficiência, e que além de se formar em Direito acaba de ser aprovada na prova da OAB. Sabemos como é raro uma mulher com deficiência, servidora desta Casa, ter sido aprovada.

De forma, Sr. Presidente, que opinamos pela aprovação do projeto do deputado Biara Corôa de nº 16.696/2012, por ser matéria legal e constitucional. Somos por sua aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Alan Sanches:- Eu quero discutir o projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação no âmbito das Comissões.

O Sr. Alan Sanches:- Se for pelas Comissões, a minha Comissão é a de Saúde, eu quero de...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Aprovado no âmbito das Comissões.

O Sr. Alan Sanches:- Não, presidente, eu queria discutir no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a discute pelo Plenário.

O Sr. Alan Sanches:- Pode ser também.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o projeto, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Presidente, colegas deputados e deputadas, em momento algum eu quero aqui questionar o mérito da proposta. Isso aqui a partir do momento em que está no âmbito das Comissões, inclusive da legalidade do processo.

Tramita nesta Casa, Sr. Presidente, um projeto do ex-deputado Gildásio Penedo, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, que – assim encaminhava o teor do projeto, mais ou menos – definia que deputado poderia apresentar proposta que criasse algum tipo de ônus para o Estado, ou para alguém.

Tenho alguns projetos na Casa que... Inclusive, concordo com V.Ex^a, deputado Bira Corôa, mas quero que, a partir do momento em que V.Ex^as aprovem esse projeto... Não estou, em momento algum, falando do mérito do projeto. Quero trazer o questionamento sobre a constitucionalidade do projeto enquanto deputado, porque a partir do momento em que um projeto obriga que sejam feitos, produzidos os cadernos de uma outra forma, isso vai criar um ônus para alguém. Vai ser preciso ter técnicos especializados, deficientes ou quem conheça a língua, para poder criar esse novo caderno.

Da mesma forma chamo a atenção hoje, no dia 15 de fevereiro de 2017, às 19h17min, que, se esse projeto não cria despesa, não aceitarei de forma alguma que projeto semelhante não seja aprovado.

Então, quero chamar a atenção de V.Ex^as para que cada um aqui possa fazer sua reflexão, porque a partir do momento em que V.Ex^as fizerem essa reflexão passará a ser a minha também, pelo entendimento da Casa. Mas se esse projeto, a meu ver, cria despesa, outros projetos também poderão ser aprovados caso esse seja.

Mais uma vez, deixo claro, aqui, que em momento algum estou questionando o mérito. Tem todos os méritos esse projeto, mas, hoje, há um bloqueio ao deputado estadual para fazer, produzir, apresentar qualquer projeto de lei que crie despesa para quem quer que seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^as Deputadas, quero, aqui, dizer que o deputado Alan Sanches foi muito feliz em sua colocação. Nada contra o projeto, pelo contrário, ele é louvável e tem a nossa aprovação.

O nosso questionamento é que é um projeto que cria despesas. Ora, se cria

despesas, ele é inconstitucional. O que ocorre é que devemos mudar a nossa Constituição, porque todo e qualquer projeto vai criar despesa.

Quando o governo quer vetar usa o jargão “é inconstitucional, porque cria despesa”. Qual o projeto que não cria despesa? Até o papel de colocar o projeto já está criando despesa.

Então, temos que ser muito realistas.

O deputado Luciano Ribeiro tem uma proposição que tramita nesta Casa, uma Proposta de Emenda Constitucional que muda essa situação. Nós, deputados, estamos garroteados, estamos com o nosso trabalho dificultado porque, raciocinem V.Ex^{as}, todo e qualquer projeto vai criar despesa.

Será que só devemos criar despesa para a iniciativa privada? Será que só devemos legislar no que diretamente atingir a iniciativa privada com esse ou aquele projeto, mas quando vai de encontro aos interesses do Estado, e é a favor da população, o Estado encontra a alegação: cria despesa, ele é inconstitucional.

Ora, se o projeto que está aí não é inconstitucional, nós vamos abrir uma janela. Está-se abrindo uma brecha. Não venha depois o Líder do Governo dar chilique, rabo de arraia, cabriola e dizer: esse projeto é inconstitucional.

Quando nós apresentamos projetos aqui, eles são levados para a Serin. A Serin é que diz se deve ou não ser votado, e isso está dificultando o trabalho do parlamentar. Não é a Serin que vai gerir, vai guiar o meu mandato e a forma como me vou comportar nesta Casa. Eu vou apresentar os projetos, e a CCJ que diga se é constitucional ou inconstitucional.

Mas na medida em que um projeto como esse, que, do meu ponto de vista, está eivado de inconstitucionalidade, vai criar uma jurisprudência para que outros semelhantes também sejam votados e aprovados na Casa sem qualquer questionamento do Líder do Governo, o nobre Líder, José Cerqueira de Santana Neto.

Quanto ao mérito, eu aprovo, defendo e votarei favoravelmente. A questão, do meu ponto de vista, é que esse projeto está eivado de inconstitucionalidade, baseando-se na Constituição feita por esta Casa, a Constituição do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos aqui, nesta noite, a discutir um projeto que tem uma relevância grande para uma parcela da nossa população.

E há pouco eu falava com o deputado Bira Corôa, e conversava também com a advogada do Governo, sobre esse projeto de lei que impõe como obrigatório o fornecimento de caderno de provas impresso no sistema Braille a candidatos portadores de deficiência visual inscritos em concursos públicos e processo seletivo simplificado realizados por órgãos e entidades da administração pública estadual

direta e indireta.

E o argumento que foi defendido era que o caderno seria confeccionado, meu amigo – que será o futuro presidente da CCJ, e, certamente, terá muito trabalho –, de Vitória da Conquista, deputado Zé Raimundo... Disseram-me o seguinte: “Não, deputado, o senhor está enganado, porque a despesa vai ser para a empresa”. Ora, a empresa, deputado Bira, não trabalha sem que receba o recurso do Estado.

Indiretamente, nós estamos aprovando um projeto nesta Casa... Não quero me referir ao mérito, estou-me referindo, e nós temos que chamar a atenção, à grande jurisprudência que está sendo aberta nesta tarde, para que amanhã, ou depois, o deputado Zé Neto não suba a esta tribuna, com seu terno, todo nervoso, e diga: “Não pode, porque isso gera despesa para o Estado e não pode ser aprovado, porque o Estado, o governador, não sei o quê...”

O Sr. Zé Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- V.Ex^a terá o aparte. Eu darei o aparte a V.Ex^a. Só quero concluir o meu raciocínio.

O Sr. Zé Neto:- É só para lhe explicar.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Então, nós precisamos, Sr. Presidente, deixar claro isso, porque, deputada Mirela, ficamos frustrados, pois o deputado tem várias ideias, vários projetos, mas a tudo o governo diz que não pode aprovar, porque está gerando despesa para o Estado.

Ora, se formos nessa linha não aprovaremos nenhum projeto. Por isso que todos os projetos dos deputados, da maioria dos deputados desta Casa são de indicação.

E tem mais, quando a indicação é aprovada o governo se apropria da ideia e sequer, deputado Bira Corôa, diz: “Olha, a ideia foi do deputado do cabelo grisalho, deputado fulano de tal, da cidade tal”. Não é dito isso.

Nós estamos aqui, deputado Bira, a defender o trabalho dos deputados nesta Assembleia.

Por isso, Sr. Presidente, fizemos questão de vir aqui discutir, porque a partir de hoje, temos uma jurisprudência nova nesta Casa, e iremos usar essa jurisprudência, deputado Alex, para que muitos projetos de deputados sejam aprovados e o povo da Bahia seja beneficiado.

Parabéns, Sr. Presidente, pela iniciativa. Volto a parabenizar V.Ex^a, porque está cumprindo à risca tudo aquilo que V.Ex^a disse que iria fazer ao sentar na cadeira da Presidência desta Casa.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Desculpe, Sr. Presidente, peço vênica a V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Só para explicar. Esse tema aí, eu vou sempre primar, e primar muito, porque hoje recebi, da minha Bancada, mais de 30, e só consegui encontrar 3. Esse daí, eu disse ao deputado Bira, por ser um tema, inclusive, que trata da questão

dos cegos e dos deficientes, pode ser que tenha alguma aceitação no plano jurídico, porque não se trata de criar despesas, não tem despesa nenhuma para o Estado. Cria uma obrigação inclusiva, de um tema inclusivo, que já está na lei federal, que é uma lei de repetição na Bahia, praticamente, para as empresas que irão fazer os concursos públicos no âmbito do Estado, apenas, porque os outros não há como fazermos legislação sobre eles.

E aí, nesse aspecto, poderia haver uma situação que, a depender do procurador que vá dar o parecer ao governador, ele passe a ver isso de forma flexível. Eu sou advogado, inclusive tenho especialização na área de direito público e fui presidente da Comissão de Justiça. Então, não estou falando aqui à toa.

Agora, o que precisamos ter cuidado, e vou ter toda a boa vontade. Disse ao deputado Leur que era o primeiro dia, e está bom, porque há movimento na Casa e as pessoas estão colocando as suas opiniões. Não vai ser fácil, não é fácil. Existe uma limitação legal que realmente é contundente em todos os Estados, e não vai mudar, porque, pelo que estou vendo no âmbito federal, o que está acontecendo na mentalidade do Estado brasileiro é a redução do Estado. Como é que uma sociedade pensa, Carlinhos, você, que é um estudioso do Direito, em reduzir o Estado? Porque a sociedade pensa isso. A sociedade diz toda hora: “Ebal não é do Estado”, *ferryboat* não deve ser do Estado”. Tudo isso ouvimos todo dia. E como é que você vai criar para os deputados a condição de que eles possam gerar mais despesas?

Então, é preciso saber até que ponto isso pode ser levado adiante ou não. Eu acho que tem que flexibilizar. Mas não é fácil. Hoje, aqui, quero dizer a V.Ex^a que, da minha Bancada, dos 20 que estavam na mão, nós conseguimos 3, e o deputado Manassés não estava aqui, não botamos para votar. Inclusive, eram 2 nossos e um de vocês. Eu votei só um, que foi esse, porque os outros, realmente... O que tinha era dia de consciência, dia de não sei o quê, tudo bem, podíamos votar.

Como era objetivo nosso votar algum projeto que desse outro efeito que não fosse apenas o de comemoração, aí colocamos esse. Mas digo a V.Ex^a que não se trata de jurisprudência ou coisa desse nível. Trata-se de boa vontade, que tivemos hoje, para tentar formular, pelo menos, o início de um processo que possa culminar no efetivo funcionamento da Casa, com mais produção.

Mas isso vai passar também por uma necessidade de ir lá no Colégio de Líderes, e quero dizer logo ao presidente: vou levantar isso para que pensem como é que vai aprimorar a qualidade do que chega para a Comissão de Justiça. Porque, infelizmente, nós temos visto que a qualidade do que chega nem sempre condiz com a possibilidade do que podemos votar.

Então, temos que aprimorar a nossa qualidade. Eu faço uma autocrítica, também. Vamos ter que fazer isso para encontrar soluções para essas situações, que não são fáceis. O deputado Zé Raimundo estuda isso sempre. Quando ele chegou à Casa, ele me dizia. “Zé, temos que encontrar uma saída”. Foi fácil, deputado Zé Raimundo? Não é fácil. Porque infelizmente, dos 20 que peguei hoje, só encontrei 2 de nossa Bancada que tinham condição real, e outros, às vezes, passam na Comissão de Justiça.

Eu vi hoje um, passou na Comissão de Justiça, com o deputado gerando tributo. V.Ex^a conhece a matéria. Pode deputado aprovar projeto gerando tributo para o Estado, dando isenção fiscal? Não pode. Isso está claro na Constituição. Então, vamos ter que ter cuidado para formular melhor. Mas acho que, no frigar dos ovos, a Casa deu uma sacudida, e isso é bom. Vai haver muito tema para o Colégio de Líderes encontrar bom senso e um caminho melhor do que o que estávamos vivendo, porque é um processo evolutivo, isso é natural.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, eu queria apenas, para encerrar, pedir ao deputado Zé Neto, já que ele está hoje sensível a esses temas tão importantes do nosso Estado, a mesma sensibilidade para aprovar o nosso projeto de lei que inclui, deputado Bira Corôa, está lá no Estatuto de Cultura, no currículo das nossas escolas estaduais, a capoeira, para que possamos...

O Sr. Angelo Almeida:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- (...) fazer com que os nossos jovens abandonem as drogas, possam se ocupar com um esporte que é nativo do nosso Estado. A capoeira é algo que, quando você dança em qualquer lugar do mundo, se reconhece que é da Bahia, é do bom baiano.

Então, nós precisamos também da mesma compreensão, do mesmo carinho que o deputado Zé Neto mostrou nesta noite para que possamos aprovar também esse projeto.

Com um aparte o deputado Angelo.

O Sr. Angelo Almeida:- Eu quero parabenizar a todos, desde o presidente até os Líderes, tanto da Maioria quanto da Minoria, até porque é de boa hora o projeto que está sendo discutido neste momento, numa semana importante, relevante para esse tema.

O Congresso Nacional criou a comissão especial conjunta para, justamente, fazer a abordagem da temática dos deficientes físicos. Hoje, foi publicado no *Diário Oficial* a criação, pelo governador Rui Costa, do Conselho Estadual para tratar desses assuntos. Penso que esse Conselho, inclusive, será um bom mediador sobre a necessidade da acessibilidade das pessoas que são deficientes, mormente no caso das pessoas cegas. E com isso vamos avançando no campo dos direitos humanos, dando oportunidade a quem mais precisa de oportunidade.

Portanto, é uma coincidência, até porque foi formada, hoje, com a assinatura de mais de 30 deputados da Casa, a Frente Parlamentar de Apoio às Pessoas com Deficiência Física, por direitos e também por políticas públicas para pessoas com deficiência física na Bahia.

Então, numa semana em que tudo isso acontece em nível nacional, em nível municipal, coincidentemente, foi criada na Câmara Municipal de Salvador uma comissão especial para tratar da questão, quero até parabenizar a Câmara Municipal de Salvador. Esse tema veio, parece-me que não foi uma coisa planejada, mas o universo no dia de hoje conspirou bastante por essa ação, que é justa, por essa causa, que é justa.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Deputado Angelo, eu quero até colocar para V.Ex^a que o deputado Bira, se eu não me engano, na legislatura passada, tivemos aqui um grande trabalho de S.Ex^a para aprovar o passe livre dos deficientes visuais nos ônibus coletivos interestaduais. E foi uma grande conquista desta Casa. Eu participei dessa comissão com o deputado Bira Corôa, e nós obtivemos essa grande vitória.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Com um aparte, com grande prazer, o meu amigo deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Sidelvan Nóbrega, agradeço o aparte e fico muito satisfeito por estarmos, hoje, Sr. Presidente, dando início a um processo tão esperado e tão disputado por esta Casa, que é o de votar projetos dos parlamentares, reafirmando cada vez mais o papel e a importância deste Parlamento para a sociedade baiana.

Fico muito satisfeito com o projeto que ora está em debate, em discussão, ser um projeto que está também produzindo nesta Casa um processo de discussão. Compreendo, inclusive, que é um processo de aprendizagem, porque, no momento em que a Casa não vinha praticando a ação de aprovar e trazer a Plenário projetos das Sr^{as} e Srs. Deputados, consequentemente nos limitávamos muito a um contexto de projetos como Títulos e outras honrarias que passam no acordo e que, de certa forma, não são polêmicos e não geram um contexto de discussão. E esse projeto tem permitido, também, a gente repaginar as nossas ações e reconstruir um novo caminho...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bira Corôa:- (...) Não quero entrar no mérito, até porque todos que se posicionaram foram a favor do projeto em si, já que é uma proposição que busca a inclusão, e assim também estamos atendendo a legislação federal. Se olharmos bem, os concursos federais, do ano passado para cá, todos incluíram Braille. E a despesa em si está no edital.

E aí não quero entrar nesta discussão, neste debate, quero apenas colocar que estou muito satisfeito por haver esta discussão deste projeto no dia de hoje e pela compreensão que os pares têm tido.

Como já foi dito, também no Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Executivo e aprovado nesta Casa com uma contribuição muito grande do Legislativo, já incluímos o reconhecimento da capoeira como Patrimônio Imaterial da Bahia. Desse modo, reafirma e reconhece o direito dos fazeres e saberes, incluindo não apenas a capoeira, mas todas as diversas modalidades esportivas e culturais que são identitárias do povo baiano.

Muito obrigado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Muito obrigado, deputado, incorporo o aparte de V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Alan Sanches, para encerrar.

O Sr. Alan Sanches:- Só para encerrar, nobre deputado. Gostaria somente de deixar mais uma reflexão para que V.Ex^{as} reflitam. Quando fazemos um concurso público, fazemos um chamamento. Esse chamamento é através de qualquer empresa que se habilite. A partir do momento em que são feitas algumas solicitações dentro daquela licitação, vai ser feito tudo que se necessita. Essa empresa, para fazer de um jeito, é uma coisa, mas, a partir do momento em que se acrescenta o projeto do deputado Bira Corôa – nada contra o deputado, ele sabe disso, nada contra o mérito da questão, aprovaria fácil –, seria muito mais dispendioso. A empresa fazer de uma forma que já vem fazendo...

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Terá um custo maior.

O Sr. Alan Sanches:- (...) É um custo maior. Se cria despesa, é um projeto inconstitucional...

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Indiretamente se cria.

O Sr. Alan Sanches:- (...) Não interessa para quem é a despesa. Não é só despesa para o governo, mesmo que seja para empresa privada, para a iniciativa privada. Dessa forma, a meu ver, no meu entendimento, é um projeto inconstitucional. Se V.Ex^{as} acatarem que é um projeto que está dentro da Constituição, cria-se aqui uma jurisprudência para projetos de igual teor.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a. E agradeço, Sr. Presidente, por nos conceder este momento de discussão deste projeto tão importante.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, para discutir, o eminente nobre deputado e ex-reitor de Vitória da Conquista, José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Serei breve, é só para pequenas considerações.

Sr. Presidente, aproveitando este clima de inovação e dinamização desta Casa, acho que a Mesa Diretora, junto com o Colégio de Líderes, deveria pautar e discutir alguns encaminhamentos, alguns procedimentos para melhorar o conjunto do trabalho legislativo. Vejam, nobres deputados e deputadas, que este debate aqui hoje foi um verdadeiro burburinho, uma verdadeira rebelião, uma insurreição que surgiu no Plenário em relação aos projetos.

Na minha modesta opinião, Sr. Presidente, é preciso que nós, juntos com a Mesa Diretora e com os vários advogados que temos aqui depois do último concurso, emitamos um parecer prévio que selecione todos os projetos semelhantes e regulamentados. Porque em uma legislatura se reprova um projeto e, na seguinte, o projeto volta. Existem vários e vários projetos que receberam pareceres negativos e que voltaram na legislatura seguinte. Então, é um retrabalho enorme. A Mesa que está pensando em melhorar, dinamizar, que tome algumas medidas para que a gente efetivamente... Por exemplo, o projeto chega ali, na mão do relator, mas tem 5 ou 6 projetos semelhantes que, às vezes, não vêm apensados porque a Mesa não tem ainda um sistema que possa orientar o relator.

Então, do ponto de vista formal, gostaria, muito modestamente, de dar essa

sugestão no sentido de que os líderes modifiquem, porque não dá. São mais de 3 mil projetos em tramitação. E quanto à visão de que essa matéria é constitucional ou não, é um debate dentro da Comissão. Vejam, os senhores, o absurdo que o Supremo Tribunal Federal cometeu, disse que a nomeação de Lula era inconstitucional e a do “gato”, de Moreira Franco, não é. (Risos) É a mesma matéria, a mesma circunstância, vejam, foram os doutos ministros do STF. Há esse debate.

Mas, voltando a esse tema, Sr. Presidente, inclusive tenho dito muito respeitosamente aos colegas, não sou advogado, mas sou um rábula, gosto de ler documentos, interpretar, e, na matéria constitucional, é leitura, é compreensão. Por exemplo, muda-se às vezes o conceito e às vezes usamos um conceito politicamente incorreto... Mas, por exemplo, no caso de portadores de deficiências, cegos, surdos, especiais, cada dia se muda mais, o deficiente físico assumiu a diretividade, e outra, já há legislação federal que obriga todos os concursos públicos a dar um percentual de vagas para essa população.

Quando esses cidadãos se inscrevem, obrigatoriamente, a entidade que vai fazer o concurso tem que dar o instrumento na forma daquele foco. Por exemplo, para surdos e mudos, obrigatoriamente, tem que ser fornecido o material, gente! Isso está em todos os editais, nem precisaria, com todo respeito ao colega Bira Corôa, dessa lei estadual, mas temos tido aqui essa redundância de fazer leis, às vezes como reforço. Nesse particular, acho que deveria ter passado pela CCJ... Passou, ah! Então não cabe a crítica dos colegas, passou pela CCJ corretamente. Reparem então: acho que deve ter a deliberação da CCJ, e aí o conjunto... Mas não foi deliberado, não é? Aí tem o parecer. Também estou lá com mais de 40 pareceres dados na CCJ, já escritos, pareceres que a gente vai deliberar no decorrer desse semestre. Agora, se o Colégio de Líderes se reunir e disser “a pauta da CCJ é essa”, faremos uma inversão de pauta e só vamos votar na CCJ... É cedo ainda, hoje é dia do debate, deixei de viajar, quero ficar aqui até meia-noite, quero ver o galo cantar hoje aqui. A CCJ vai apreciar um roteiro de projetos vindos do Colégio de Líderes, aí, sim, a agente apressa.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Quero conceder, portanto, a palavra ao nobre deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Zé Raimundo, agradeço pelo aparte de V.Ex^a, mas, quando V.Ex^a faz o questionamento em relação à CCJ... O projeto passou pela CCJ, a questão é que não foi aprovado em Plenário. Era um critério antigo, mas isso vai ser discutido no Colégio de Líderes.

Outra coisa importante que eu quero colocar para o presidente – e que isso seja discutido no Colégio de Líderes –, na Câmara de Vereadores em Salvador, quando o vereador vai dar entrada no projeto, que é avaliado por uma Comissão e é inconstitucional, nem sequer é dado entrada. Então é uma forma também de se diminuir o número de projetos para que não venham sobrecarregar a CCJ. Era apenas essa a colaboração que eu queria dar para V.Ex^a.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu incorporo. O nobre deputado Bira Corôa pede um breve aparte.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado Zé Raimundo, quero apenas prestar um esclarecimento: que esse projeto foi dado entrada na Casa em 11 de Janeiro de 2012 e naquele ano foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, foi designado ao relator, deputado Gildásio Penedo Filho, que devolveu em 2013 sem parecer. Em 2014, foi encaminhado para a deputada Maria Luiza Laudano como relatora pela CCJ, e ela deu um parecer favorável ao projeto em 8 de abril de 2014, que ficou tramitando sem vir para o Plenário para votação. Foi arquivado por não ter sido votado. Em 2015, ele foi desarquivado e encaminhado de volta para a CCJ, pela terceira vez, designado ao relator, deputado Robério Oliveira, que deu o parecer favorável.

Estou apenas fazendo um relato de que esse projeto não é um projeto que apareceu, caiu de paraquedas ou não tramitou nesta Casa. Ele está tramitando e esteve por 3 vezes na CCJ e 2 vezes com o parecer favorável.

O SR. ZÉ RAIMUNDO:- Era isso. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação, no âmbito das Comissões, os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Eu concordo com o Plenário, com todos os acordos e com as votações, com tudo. Quero só deixar registrado que não farei hoje em atenção ao deputado Bira, ao que foi acordado aqui, mas quero fazer um apelo a esta Casa. Hoje eu estou fazendo um registro, Sr. Presidente, mas a Casa se quiser votar os projetos de deputados, temos que ter deputados aqui querendo votar. Eu quero deixar registrado. Não estou fazendo questão de ordem para solicitar o quórum. Não estou solicitando, mas eu quero deixar o registro e no Colégio de Líderes tem que ter esse compromisso: das pessoas estarem aqui para apreciar o projeto dos deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com certeza, deputado Alan Sanches.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu queria fazer das palavras do deputado Alan Sanches, as minhas também. Eu, na condição de Líder do PSDB, do Bloco PSDB/PRB/PPS e do Colégio de Líderes, irei defender que façamos essas votações aqui, mas com o quórum mínimo de 32 parlamentares. Hoje é o primeiro dia e eu parablenizo mais uma vez V.Ex^a por essa iniciativa. Acho que a sociedade e esse Parlamento merecem que esses projetos sejam discutidos, mas nós precisamos ter o

quórum mínimo de 32.

Então, os líderes, tanto do Governo, quanto da Oposição, ao dispensarem a formalidade, tem também que fazer o compromisso com os parlamentares, que se façam presentes para que esses projetos sejam votados. Até porque, a partir da próxima semana, não havendo os 32, que é o quórum mínimo da votação, nós devemos, sim, pedir a verificação, até que a Casa compreenda, de uma vez por todas, que projeto de lei só pode ser votado com 32 parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com certeza, nobre deputado Adolfo Viana.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 19.696/2012, de autoria do deputado Bira Corôa. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 19.696/2012

Impõe como obrigatório o fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile a candidatos portadores de deficiência visual, inscritos em concursos públicos e processo seletivos simplificados realizados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Ficam assegurados aos candidatos portadores de deficiência visual, inscritos em concursos públicos, processos seletivos simplificados, entre outros de igual natureza seletiva, realizados por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, a obrigatoriedade do fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile, quando solicitarem previamente.

Parágrafo único. Será considerado nulo e não produzirá qualquer efeito jurídico o concurso público e o exame vestibular cujas provas tenham sido aplicadas em desacordo com o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Art. 2º - Aplica-se o disposto nesta Lei:

I - aos órgãos integrantes do Poder Executivo Estadual, bem como às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a ele vinculadas;

II - à Assembléia Legislativa do Estado;

III - aos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Poder Judiciário Estadual, inclusive na realização de concursos públicos para juiz estadual substituto ou juízes de direito substitutos das Circunscrições Judiciárias do Tribunal de Justiça;

IV - ao Tribunal de Contas do Estado e Município, inclusive na realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de auditor;

V - ao Ministério Público Estadual, inclusive na realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de promotor.

Art. 3º - Art. 3º - Caberá à instituição responsável pela realização do concurso público, mesmo aquelas contratadas pelo poder público, estabelecer no edital, a forma e o momento em que o candidato deverá comprovar a condição de deficiente visual, para que tenha direito aos benefícios de que trata esta Lei.

Art. 4º - Art. 4º - O laudo médico que atestar a condição de deficiência visual do candidato terá validade por prazo indeterminado, sendo expressamente vedada a sua retenção no ato da inscrição ou qualquer exigência para que seja renovado.

Art. 5º - Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 2012.

Deputado Bira Corôa

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Convoco uma Sessão Extraordinária, 1 minuto após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar em segundo turno os Projetos de Lei de nºs 21.166/2015 e 19.696/2012.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.